

RENATA DA SILVA MONTECHIARE PIRES

**SOBRADO CULTURAL: UMA ABORDAGEM SOBRE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE JUVENTUDE ORIENTADAS PELA CULTURA**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

NITERÓI
DEZEMBRO /2004

RENATA DA SILVA MONTECHIARE PIRES

**SOBRADO CULTURAL: UMA ABORDAGEM SOBRE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE JUVENTUDE ORIENTADAS PELA CULTURA**

Monografia apresentada ao curso de Produção Cultural
Universidade Federal Fluminense

Orientador: Prof. Dr. Luiz Guilherme Vergara

NITERÓI
DEZEMBRO /2004

Índice:

I - Apresentação.....	04
II - Sobre a Juventude.....	09
III – O Jovem e as Políticas Públicas	14
IV – Sobre Projeto Juventude.....	33
V - Políticas Culturais.....	36
VI - Sobrado Cultural.....	46
VII - Pesquisa de Campo.....	52
VIII - Conclusão.....	56
IX - Bibliografia.....	60
X - Anexos	64

I - Apresentação:

Este trabalho constitui-se numa monografia de conclusão da graduação em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense, e aborda o tema das políticas públicas de juventude orientadas pela cultura. Delimitam-se as ações pesquisadas no período de 2003/2004, no Brasil, mas especificamente na Zona Norte do Rio de Janeiro, tomando como estudo de caso a organização não-governamental Sobrado Cultural, espaço dedicado ao trabalho com cultura e formação política para juventude.

O interesse pelo tema da juventude se deu a partir de um contato mais aproximado com o trabalho cultural direcionado aos jovens, dentro do projeto Geringonça, no SESC Tijuca, do qual participei como estagiária, desde a criação e concepção até sua execução, durante o período de maio a dezembro de 2004. A partir do Geringonça, foi possível perceber algumas demandas juvenis relacionadas à cultura, e buscar minimizá-las ao longo do processo de implantação do projeto. Atuar numa ação socio-educativa tendo como foco a juventude impulsionou minha escolha pelo tema pesquisado, me desafiando analisar esse olhar de dentro. As questões trabalhadas pela equipe do Geringonça diziam respeito também a mim, por ser jovem e participar da transformação de idéias e conceitos em ações práticas.

O Sobrado Cultural atuou durante este período como parceiro do Geringonça, por suas afinidades em idéias, ações e projetos. Assim, a proximidade com este espaço cultural transformou os laços, antes apenas institucionais, em relações que se aprofundam a cada dia.

O acompanhamento das discussões da área de políticas culturais foi crescente durante os quatro anos de graduação. Pensar em estratégias de implantação das ações e políticas culturais para uma localidade ou um espaço determinado, sempre foi meu principal foco de atenção por considerar um trabalho fundamental para o processo criativo e de identificação de demandas, para o gerenciamento dos recursos e para o êxito na implantação dos programas.

Como inspiração para o meu trabalho na área de juventude, estão as cientistas sociais Helena Abramo, Assessora de Juventude da Câmara Municipal de São Paulo, e Regina Novaes, Professora da Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, ambas Consultoras Especiais do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania. O Documento de Conclusão do Projeto Juventude guiou o caminho para a escolha dos principais pontos de relevância. Na área cultural, as referências são pesquisadores que trabalham conceitos ampliados de cultura e assim orientaram a escolha deste tema: Néstor García Canclini, Javier Pérez Cuéllar e Hamilton Faria.

A escolha do Sobrado Cultural como objeto do estudo de caso, se deu pela observação prévia do trabalho com a juventude, inserida no meio cultural e político, realizado na Grande Tijuca, no Rio de Janeiro, e por sua inserção nos debates acerca das políticas públicas de juventude no estado. Uma hipótese foi levantada partindo destas observações: o reconhecimento da possível execução de micro-políticas públicas para juventude, sendo realizadas por este grupo. Assim, pretende-se questionar até que ponto um espaço de cultura, com suas características particulares, é capaz de inserir os jovens no debate político e na atuação na sociedade. Este trabalho pretende estudar um módulo e verificar se este particular compreende a totalidade, ou seja, se o Sobrado Cultural sintetiza os conceitos de sua época, traduzindo-os em ações concretas.

Objetivos:

Esse trabalho tem como objetivo geral estudar as questões envolvidas no debate sobre as políticas públicas de juventude e entender como a ação cultural se relaciona com estas propostas para o desenvolvimento social.

Pergunta: um espaço como o Sobrado Cultural pode ser considerado modelo formatador e executor de micro-política pública de juventude orientada para cultura?

Hipótese: As ações do Sobrado Cultural na área da cultura e da formação política parecem cobrir parte das questões da juventude apontadas nos relatórios nacionais de elaboração das políticas públicas. Busca-se estudar um módulo onde as micro-políticas públicas de juventude em cultura sejam aplicadas compreendendo o debate nacional, mesmo que o Sobrado Cultural não possa ser tomado inteiramente como exemplo.

Justificativa/Relevância:

Este trabalho busca contribuir para o estudo da juventude, que vem crescendo no país e entra num momento de grande efervescência. O Governo Federal encomendou ao Instituto Cidadania umas pesquisas sobre a juventude brasileira, e em seu resultado constam informações a respeito do perfil destes jovens, diretrizes gerais para uma política nacional de juventude e uma agenda para diferentes áreas, como educação, trabalho, cultura, etc.

A partir da junção de trabalhos como o Projeto Juventude, o Relatório da Comissão Interministerial para Juventude e os Projetos de Leis da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o Governo Federal pretende direcionar suas ações no sentido da formulação de um estatuto do jovem e da implantação de uma política pública de juventude, coerente com a visão de pesquisadores da área, de profissionais e dos próprios jovens.

Por acreditar que os anos de 2003/2004 foram impulsionadores do debate acerca da juventude e pela realização de diversos encontros durante o período, esse trabalho pretende sintetizar uma pequena parte dessas discussões e resoluções. Aborda temas relacionados as principais demandas juvenis, conduzindo a formatação das políticas públicas para o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos.

O Sobrado Cultural ocupa um lugar central na pesquisa. A partir das observações e entrevistas foi possível descobrir novos olhares e percepções sobre o espaço, analisar a participação dos jovens e compreender um pouco mais as relações que surgem ali dentro.

Por localizar-se numa área carente de equipamentos culturais, a Tijuca, o trabalho com cultura e juventude toma para si uma responsabilidade ainda maior, não apenas por lidar com grupo que percebe e avalia o mundo para formar sua identidade, mas pelo Sobrado Cultural posicionar-se de maneira crítica, articulando a participação dos jovens e buscando estabelecer redes de relações.

Essa pesquisa aponta para a importância da análise das propostas na área de juventude feitas no Brasil em 2003 e 2004, buscando contribuir com uma reflexão sobre os pontos mais destacados durante o período.

Metodologia:

Esta pesquisa foi realizada através de um estudo de casos tendo como objeto o Sobrado Cultural, um espaço dedicado à juventude e à cultura, localizado no bairro da Tijuca, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Divide-se em dois momentos distintos: o primeiro, teórico, subdivide-se em duas partes, uma sobre a juventude e suas políticas públicas e outra sobre políticas culturais. O segundo momento apresenta o estudo de casos propriamente dito.

A primeira parte da pesquisa trata da juventude em si e conta com a visão teórica de pesquisadores como Helena Abramo (2004), Regina Novaes (2003), Hermano Viana (2003), Marília Spósito (2002), entre outros para a descrição das relações entre a juventude e o que se propõe em termos de políticas públicas a elas dedicadas. Essa relação passa pela abordagem das demandas identificadas através de pesquisas nacionais e da observação de ações locais em grupos como o *Geração* e a *Rede Jovens em Movimento*, que em muito contribuem para a produção de conhecimentos e orientação desse estudo de caso.

A segunda parte aborda conceitos que delimitam a concepção de cultura que dirige o trabalho e aponta para as diferentes formas de pensar e realizar uma política cultural.

Neste ponto, associa-se a idéia de política cultural às questões apresentadas na primeira parte, referentes à juventude e suas políticas públicas.

Este primeiro momento contextualiza a pesquisa e apresenta um histórico de conceitos mais gerais sobre os temas apontados, descreve o que foi feito no período no sentido de viabilizar a constituição efetiva dessas políticas no âmbito nacional, e introduz a teoria que fundamenta a pesquisa de campo: o estudo de caso Sobrado Cultural.

A partir da teoria, o segundo momento do trabalho se faz presente. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa de campo foi, primeiramente, duas entrevistas com os coordenadores do Sobrado Cultural: Marjorie Botelho e Cláudio Paolino. Assim, o perfil do espaço cultural e suas características mais fundamentais foram sendo moldados. Nas entrevistas foram questionados os pilares e as diretrizes do Sobrado Cultural como referência em cultura a ação política com a juventude na Grande Tijuca, no Rio de Janeiro. Um questionário foi aplicado para coleta de opiniões gerais sobre o Sobrado Cultural e paralelamente, os jovens foram informalmente entrevistados, contando suas trajetórias até ali e o que em suas vidas havia mudado após um primeiro contato direto com a prática cultural.

A conclusão busca refletir sobre os conceitos estudados e as observações feitas no Sobrado Cultural. Diante do curto tempo para a realização da pesquisa, fica como sugestão a continuação do trabalho dentro deste tema, num estudo mais abrangente, colhendo informações mais precisas dentro do espaço cultural e aprofundando os conceitos de políticas culturais e juventude.

II - Sobre a juventude:

A juventude vem sendo pauta de debates em todo o país especialmente durante os anos de 2003 e 2004, em função do apontamento da necessidade da elaboração de uma política pública de juventude, digna aos quase 34 milhões de brasileiros que se encontram na faixa etária entre 15 e 24 anos, segundo dados do IBGE, em 2000. Nos jovens está depositada a esperança de um futuro mais igualitário, portanto carregam a responsabilidade de se tornarem os atores do desenvolvimento.

Dados cerca de 20% da população brasileira, compreendida no período da vida que se conceitua juventude, já não visto apenas como momento de transição e preparação para a idade adulta, esta mudança conceitual redefine o papel do jovem na sociedade, e suas inter-relações com as questões sociais enfrentadas não exclusivamente por eles, mas sendo bastante receptivas como influência na sua formação.

As circunstâncias ideais da juventude são orientadas de acordo com o contexto cultural e o momento histórico, sendo assim juventude é a fase onde são definidas questões de inserção social e identidade. É o momento da formação psíquica, cultural, social e intelectual, onde o jovem torna-se capaz de participar das relações sociais distintas de sua família. Ele passa a se comportar como um sujeito de ações, responsabilidades e idéias próprias, demarcando seu envolvimento com realidades que vão além do aprendizado da criança com os pais.

O senso comum pode atribuir ao tema juventude certa banalidade, justificável na medida em que os jovens estão presentes na mídia, sendo alvos da produção de imagens, muitas vezes estereotipadas a seu respeito. É notável que toda a sociedade seja atingida por essa influência provocada principalmente pelos meios de comunicação de massa, e vê personagens bonitos, saudáveis e felizes, vivendo num mundo de consumo inacessível a maioria.

Considerando a análise da socióloga Helena Abramo (2000), a visão do senso comum em relação à juventude muitas vezes prende-se ao estereótipo do jovem causador de problemas: consumo de drogas, violência, gravidez precoce, desinteresse pela escola, predisposição a rebeldia. Propõe-se uma inversão do olhar, pensando a juventude como milhões de pessoas que podem mudar a configuração de exclusão social do país, caso sejam entendidas como membros capazes e ativos; uma porção social que tem suas demandas e busca canais de participação direta. Para tanto, instrumentalizar criticamente os jovens torna-se fundamental para que sua participação se efetive.

Diversos autores insistem em afirmar a necessidade de uma análise não geracional da juventude (ABRAMO, 2000; NOVAES, 2002), tendo em vista que a comparação entre as gerações seguintes e as das décadas de 1960 e 1970, no Brasil, é injusta, uma vez que, apesar da projeção que os fatores políticos proporcionaram à participação juvenil, apenas uma minoria dos jovens brasileiros engajou-se na luta política ou sequer era informado suficiente a ponto de ter a dimensão do problema (BANGO, 2003). Além disso, essa comparação pode ser prejudicial à formação da identidade do jovem, considerado apático e despolitizado. De acordo com Regina Novaes (2002), uma investigação pode ser feita considerando se os marcos culturais de uma determinada época são compartilhados pelos jovens de uma mesma geração:

(...) “o termo (juventude) por si só não designa uma problemática comum a todos que se encontram numa mesma idade biológica. O lugar social que pessoas jovens ocupam na sociedade influi, portanto, nas maneiras como elas são ou não pensadas como jovens.”
(NOVAES: 2002 47).

A autora defende a distinção entre as juventudes para um estudo mais aprofundado, identificando que essa definição na realidade não diz muito e não determina uma questão comum aos que se encontram reunidos na mesma faixa etária. Afirma que o lugar social é determinante para a caracterização da pessoa como um jovem. De acordo com Julio Bango (2003), a juventude é uma categoria relacional:

"Ao usar a juventude ou os jovens como tema, deve-se ter em mente que se está efetuando um recorte analítico, já que na realidade os jovens se constituem no espaço social em atores que se encontram envoltos em relações sociais entre eles mesmos, suas famílias, as gerações adultas e as instituições da sociedade." (BANGO: 2003, pág. 48)

Atentar para um outro fator importante na definição das abrangências da concepção de juventude compreende a noção da expectativa de vida como determinante para o fim da idade jovem e o início da idade adulta. Quando há 50 anos atrás a média de vida era de 40 anos, o jovem iniciava-se nas chamadas responsabilidades da fase adulta mais cedo: trabalho, casamento, constituição da família. Hoje, com a expectativa de vida chegando aos 60 anos, variando entre classes sociais e centros urbanos, essa concepção e a perspectiva de futuro certamente foram alteradas. Com isso, as comparações feitas pelos próprios jovens são inevitáveis.

Regina Novaes (2003) analisa o fato de a mobilidade social ter estagnado no Brasil a partir da década de 1980. Entre os anos 30 e 70, as gerações conseguiram elevar as condições de vida e de trabalho em relação a seus pais, entretanto o pobre ficou menos pobre e o rico, mais rico, o que agravou ainda mais a fissura entre classes. Com o fim dessa mobilidade, as perspectivas e os planos para o futuro limitam-se a cada dia, sendo uma contribuição para a desmotivação e apatia características em alguns setores da sociedade.

Todas essas mudanças econômicas ocorridas no país a partir da década de 80 provocaram um grande choque, desestabilizando as formas de organização social. O desemprego atinge a sociedade e diretamente os jovens que, quando em busca do primeiro emprego, sentem-se rejeitados por não apresentarem experiência anterior e constatarem que dificilmente os empregadores têm interesse em capacitar o recém formado para uma entrada real no mercado de trabalho. Entretanto, é possível perceber que muitos jovens acabam por entrar nesse mercado pelas vias possíveis: estágios e empregos temporários, sem qualquer garantia trabalhista, sendo mal remunerados e tratados como mão de obra

barata. Essa prática é bastante comum e verifica-se que os jovens estão formando trajetórias de trabalho bastante diferentes de seus pais, que passaram em toda a vida por até quatro empregos diferentes. Atualmente, por quatro empregos temporários esse jovem já transitou em pouquíssimo tempo de vida.

Essa alteração na forma como o mercado se comporta não é diretamente proporcional a maneira como sociedade encara essas novas dificuldades. Ainda habituados há um outro tempo, os jovens sentem-se pessoalmente frustrados por essa inserção não ocorrer como o planejado, entendendo essa "derrota" como um fracasso individual, quando na realidade essa falha pode ser considerada estrutural.

Esses jovens precisam estar inseridos num contexto mais amplo e serem percebidos como sujeitos que nasceram e foram instruídos no século XX e serão os adultos do século XXI. Essa mudança de milênios não serve apenas como metáfora do desenvolvimento humano, mas como parâmetro para a avaliação das ações que hoje os jovens sofrem e que amanhã realizarão.

Pensando desta maneira, entende-se que os programas e políticas públicas de juventude, sendo excessivamente pautados em ações emergenciais, não contemplam as necessidades fundamentais desses jovens. As políticas devem ser pensadas muito além de ações que evitam o envolvimento juvenil como o tráfico de drogas ou com a violência de uma forma geral, mas sendo planejadas para a inserção social do jovem como um sujeito de direitos. Para tanto, algumas perguntas devem ser respondidas: quais as demandas, as realidades, os desafios, os limites e as expectativas vividas pelos jovens no atual contexto brasileiro? As políticas públicas não pautadas nessas questões acabam por incorrer na marginalização e no desvio da singularidade do tema juventude.

Sendo assim, a juventude contemporânea deve ser compreendida como um grupo inserido no debate social, que enfrenta questões pertinentes a todo o contexto da sociedade, conflitos entre classes, discriminação racial, questões de gênero, etc.; e que as sente muito intensamente devido a seu momento especial de formação de valores e da identidade

peçoal. Trata-se de um conflito permanente entre classificação etária e formação psicosócio-cultural.

III - O Jovem e as Políticas Públicas:

Nas concepções de políticas públicas de juventude ainda permanecem divergências em relação a sua elaboração, aos principais focos e diretrizes, mas o debate tem caminhado para consensos a respeito da intersetorialidade das ações e da diferenciação entre políticas públicas *para* juventude e políticas públicas *de* juventude, determinando a necessidade de participação dos jovens, os principais envolvidos.

De acordo com a definição, as políticas públicas podem ser entendidas como:

"Conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem a atividade política compreendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica de conflitos relacionados com bens públicos." (Rua, 1998: 731 In: Bango, 2003: 78).

Então, pode-se compreender que as políticas públicas se prestam a resolver problemas políticos, e dependem de atores influentes e capazes de exercer pressão, para que a questão entre na agenda pública e assim seja debatida.

Histórico das Políticas Públicas de Juventude no Brasil:

Dentro de um breve histórico sobre as políticas públicas de juventude no Brasil, apresentado dentro do Projeto Juventude (a ser explicitado mais adiante), aponta-se a década de 1950 como um início da trajetória. Uma dualidade representava o pensamento das ações e programas para juventude: políticas educacionais e assistenciais. A primeira popularizou a educação como meio de ascensão social e formação do indivíduo para sua atuação na sociedade. É bem verdade que esta política priorizou as classes médias e altas.

Portanto, a política assistencial era paralelamente empregada para que as classes populares não ficassem sem nenhuma assistência, preocupando-se com jovens marginalizados e em situação de "desvio"¹.

As mobilizações por parte da sociedade civil durante o período militar foram fundamentais para a concretização, já na década de 1980, do Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir do ECA, o debate acerca dessa fase da vida, desde a infância à juventude, estendeu-se até as instâncias locais: municípios e organizações. As discussões até a elaboração do sistema de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente foram intensas, e observou-se a necessidade do prolongamento das ações em juventude, uma vez que o ECA cobre apenas até os 18 anos, excluindo uma margem significativa de jovens.

Essa lacuna deixada pelo ECA vem sendo debatida em busca de uma solução somente a partir da década de 1990, quando o tema ganhou novamente visibilidade, em função do alargamento da exclusão social que atinge diretamente os jovens. O desemprego juvenil foi um dos fatores marcantes dessa nova margem de exclusão. Grande parte dos programas sociais em andamento no país foram elaborados tomando como exemplo as negociações do ECA e seu estabelecimento na década de 1980. Atualmente, a compreensão de que o jovem ainda não é um adulto completo aos 18 anos, está presente nas discussões das agendas públicas que legitimam a juventude, prolongando essa idade até os 24 anos.

Da mesma forma com que os jovens passaram a integrar novas propostas de atuação na sociedade, as organizações tradicionais como movimento estudantil, juventudes partidárias e pastorais da juventude vêm abrindo seus espaços para o debate universal a respeito das demandas em todas as áreas relativas aos jovens. Esses fatos certamente contribuíram para a ascensão do tema e a posterior inclusão na agenda pública.

¹ Ver PROJETO JUVENTUDE - *Documento de Conclusão. Versão inicial para discussão, complementação e ajustes*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.

Assim, foram sendo elaborados ao longo dos anos, programas e projetos sociais por parte do Estado e da sociedade civil, apoiados por instituições nacionais e internacionais, fundações empresariais e agências das Nações Unidas, no sentido de interromper o alargamento das diferenças sociais e a inclusão dos atores juvenis na luta por seus direitos. Essas ações pautaram-se na elevação da escolaridade, no fomento a produção cultural, na consciência étnica, de gênero e de pertencimento.

A partir daí, os organismos governamentais puderam ser constituídos com uma base fundamentada em ações locais. Ainda assim, os conselhos, comissões, secretarias e demais organismos enfrentam grandes dificuldades de sustentabilidade orçamentária de seus programas, bem como carência de profissionais especializados e consolidação e continuidade de suas ações com o término das gestões de governos.

Esse ponto indica a necessidade de uma institucionalidade em instâncias mais abrangentes, como uma Secretaria Nacional de Juventude. Essa questão será abordada oportunamente.

Política Pública de Juventude:

Para que uma política pública seja organizada de forma a atender as exigências da juventude, deve identificar, priorizar e recomendar ações de acordo com as demandas. Sendo assim, a atividade do pesquisador é fundamental, pois a partir da coleta das informações, torna-se possível identificar parte dessa demandas, e planejar a ação no sentido de aproximar os beneficiários da elaboração de canais de participação para a concepção do planejamento das políticas.

A idéia de política pública remete a um contexto mais geral que define a participação da sociedade e não apenas do Estado como órgão planejador e executor, como afirma Oscar Dávila León (2003):

"(...) tem-se feito um uso limitado da noção de políticas públicas de juventude, homologando estas às políticas governamentais sem utilizar num sentido amplo o conceito do "público", entendido como o espaço onde convergem o Estado, a sociedade civil e os setores sociais com responsabilidade pública." (León, 2003: 92).

O Jovem e a Política:

Pensando a partir desse propósito, a participação juvenil torna-se base para a concepção dessas políticas, e atualmente, o discurso se amplia quando o assunto é essa participação. Muitos são os problemas enfrentados pelos jovens, e estes sentem que sua contribuição para a construção de seu futuro e para o futuro do país, está longe das suas mãos. De acordo com a pesquisa realizada pela socióloga Helena Abramo, através do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, em novembro de 1999, grande parte dos jovens brasileiros acreditam que a política influencia diretamente suas vidas, mas poucos acreditam que possam influenciar na política com alguma participação, além do voto. Foram entrevistados jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, moradores de nove regiões metropolitanas do país, mais o Distrito Federal.

Quanto a política, esse é um outro ponto de relevância no que diz respeito à opinião do jovem sobre o assunto. Na maioria das vezes, ela é descartada com o argumento da falta de competência e seriedade de seus gestores. É esse o caso dos jovens que participam do sistema social e que podem exercer sua cidadania, e não o fazem por total descrença no sistema político e nos políticos de um modo geral. Muitas vezes, não há distinção entre o sistema político e o sujeito que pratica as ações.

"De fato, o reconhecimento do papel das instituições políticas (boas ou ruins) em nossas vidas e a distinção da política como ideal de atividade humana em substituição à violência na mediação de conflitos, só são possíveis a partir de um olhar que vá além das formas concretas predominantes com que a política institucional e profissionalizada tem mostrado sua cara hoje no Brasil. A dificuldade para esse exercício de abstração explica porque a noção de que a política não é importante é partilhada por expressivos 25% dos jovens que não ultrapassaram o ensino fundamental, mas apenas por 8% dos que concluíram ou cursam o ensino superior." (Abramo, 2000)

A partir dessa visão, observa-se como a educação influencia na formação da juventude e nas suas formas de compreender o mundo que a cerca. Por essa razão, a escola vem como principal gancho das políticas públicas de juventude experimentadas no Brasil, desde a década de 1950. Neste momento, a juventude precisava ser inserida nos processos de modernização pelos quais o país atravessava. Considerando, as observações de Júlio Bango (2003), é a partir de 1950 que há uma grande incorporação de crianças e adolescentes no ensino fundamental e médio.

Educação e Trabalho:

O Brasil conquistou parte da batalha ao universalizar o ensino fundamental no país. É bem verdade que ainda existem crianças fora da escola, mas os números são cada vez mais baixos. Já no ensino médio o problema ainda é alarmante: grande parte dos estudantes está na faixa etária correspondente ao ensino superior. No sistema escolar como um todo, o Brasil tem menos da metade de sua juventude, o que significa cerca de 16,3 milhões de estudantes, entre 15 e 24 anos (fonte Projeto Juventude).

Esse alargamento de fronteiras educacionais não foi seguido da qualidade do ensino, especialmente nas escolas públicas. Da grande maioria das escolas, foram retirados ou tiveram seu tempo reduzido os ensinamentos de artes, filosofia e sociologia, numa lógica que prioriza a preparação para o vestibular. A divisão entre escolas propedêuticas (que prepara para um ensino mais completo) e de formação para o trabalho, também agravaram a divisão de classes, sendo as primeiras destinadas às classes médias e altas, e as segundas às classes populares. A escola pública sofre ainda com problemas referentes à continuidade do corpo docente, o que prejudica a elaboração de um projeto pedagógico adequado.

Em todo o país, os dados referentes à escolaridade juvenil variam enormemente de uma região para outra. O Nordeste é a região que mais preocupa por seus índices estarem abaixo da média nacional. As regiões Sul e Sudeste apresentam maior índice de escolaridade, mesmo em suas áreas rurais. Os números referentes ao ensino superior assustam: dos 3,2 milhões de jovens que concluíram o ensino médio em 2000, somente 1,2 milhão entrou na Universidade, sendo que apenas 274 mil em Universidades públicas.

Ainda de acordo com a pesquisa citada, apesar de considerarem a educação como caminho mais completo para a conquista da estabilidade econômica e inserção social, os jovens compreendem que o diploma não assegura essa conquista. Assim, cada vez mais jovens buscam conciliar o estudo e o trabalho, seja para complementação da renda familiar, para emancipação mesmo que parcial dos pais, seja para a busca de experiência e facilitação da futura entrada definitiva no mundo do trabalho.

Essa expectativa em relação ao poder de ascensão social que a educação poderia proporcionar elevou o número de jovens nas escolas, entretanto alavancou o processo de massificação da educação. Conseqüentemente, na medida em que a escola passou a ser considerada como fundamental para o desenvolvimento de todos os indivíduos, as desigualdades sociais afloraram a separação entre classes, permitindo aos filhos mais abastados a freqüência em escolas cada vez mais caras, que oferecem mais recursos à pesquisa, limitando às classes populares a educação pública, deteriorada ao longo de décadas.

Ainda hoje, a educação é considerada o ponto principal na constituição da cidadania em todas as idades, seguida da preocupação com o trabalho.

A questão do trabalho no contexto da juventude representa ponto básico e fundamental, uma vez que dele dependem os milhões de jovens do país. De acordo com Heloísa Martins (2002),

"(...) as pessoas trabalham porque o trabalho permite aos indivíduos serem vistos e perceberem-se como dignos, honestos e merecedores de respeito. Isto é parte de uma ideologia que todos nós aprendemos desde cedo." (Martins: 2002 21.).

O trabalho ainda é *"atenuante da pobreza ou alternativa à marginalidade e à exclusão"* (Leite: 2003 157). Entretanto sendo o jovem um sujeito de direitos, que busca sua identidade tanto individual como coletiva, estar trabalhando envolve a soma de características como inclusão social, cidadania e direitos.

Mais além, está a possibilidade de capacitação individual e a aprendizagem das tarefas em equipe, que somente a experiência do trabalho pode proporcionar ao jovem. Sua natural formação em grupos também é favorecida pelo contato aproximado que se tem num ambiente de trabalho.

O desemprego é uma questão que faz exaltar os debates em torno do trabalho na sociedade brasileira. A proporção entre jovens e adultos desempregados é três vezes maior na população juvenil, segundo a Pesquisa Mensal de Empregos, realizada pelo IBGE. É fundamental analisar esses dados baseando-se na idade escolar de cada "categoria". Nesse momento, chega-se a um impasse na formulação de políticas públicas para o setor: a solução seria priorizar o trabalho para os adultos, que já ingressaram no mercado, e retardar essa entrada do jovem, que teria tempo para uma escolarização de qualidade superior a

atual. A questão é saber o que fazer com os jovens que precisam complementar a renda familiar e indicar formas de capacitação de jovens para a aquisição de alguma experiência, pois sem ela também não é possível entrar no mercado de trabalho.

Todas as propostas necessitam de grandes investimentos estatais, e então esbarram no estrangulamento orçamentário que impede a implementação eficiente de programas de geração de renda e capacitação de jovens.

Uma alternativa importante é o apoio a iniciativas ligadas ao trabalho associativo e cooperativo, facilitando o acesso ao microcrédito e à capacitação necessária para a estruturação de trabalhos ligados à economia solidária. No entanto, o incentivo a essas iniciativas não pode substituir a formulação de programas atentos às necessidades mais gerais da população jovem. A criação de empregos e o aumento do nível educacional do país são pontos que fundamentam sua inserção social e econômica.

Na realidade, educação e trabalho formam um círculo vicioso difícil de ser transposto. O mercado não oferece oportunidade a quem não tem escolaridade mínima. E esse mínimo tem aumentado cada dia mais, basta computar a quantidade de recém formados no ensino superior que buscam sem sucesso seus empregos.

A questão do emprego também é outra variante. As últimas gerações caracterizavam o trabalho, entre outras coisas, pelo salário, pelos direitos garantidos pela legislação trabalhista e pela estabilidade. Atualmente, é comum identificar trabalhadores com menos de 24 anos de idade que já percorreram diversos empregos e sequer possuem uma carteira de trabalho. Essas mudanças sociais atingem diretamente as classes de baixa renda. Por não terem condições financeiras de pagar por uma escola de qualidade, e muitas vezes não conseguirem uma matrícula para seus filhos em uma escola pública, não apresentam escolaridade suficiente para ocupar algum cargo no exaurido mercado de trabalho.

A perspectiva da prioridade para a educação e para o trabalho, apesar de sustentável, torna-se perigosa na medida em que as ações acabam por focar-se em setores determinados,

criando uma política isolacionista em relação à juventude enquanto membro social, e em relação às diversas necessidades prioritárias que uma política pública de juventude competente deve contemplar.

Como se vê, não há como pensar uma política de juventude desligando as áreas afins. Esse planejamento deve ser integrado e atentar para a necessidade de articulação das secretarias e/ou instituições para que esse trabalho em conjunto não seja apenas uma união fictícia de canais, mas que se efetive como uma aposta na complementaridade de ações.

É importante lembrar que limitando a necessidade da juventude em duas áreas, certamente importantíssimas, as demandas ficam sufocadas e sem abertura para exporem suas avaliações. A área da cultura será analisada posteriormente como um espaço que, apesar de geralmente rotulado como segundo plano, exerce um papel essencial na formação do indivíduo.

Juventude e Participação:

Helena Abramo (2000) chama de "cidadania de segunda classe" o direito de ser cidadão que não é negado aos jovens de baixa renda, mas que dificilmente pode ser exercido em sua plenitude. Torna-se um árduo trabalho fazer com que esses jovens sintam-se confortáveis em participar da construção de trabalhos sociais e da elaboração de políticas públicas, seja para a própria juventude, seja para sua comunidade.

Esse é um problema constatado em diversos níveis da sociedade, entretanto devido ao fato do jovem estar passando por um momento singular, experimentando situações para uma perspectiva de futuro, é natural que seja o segmento social que mais se frustra com a crise de representações políticas. De acordo com Erikson (1976), a juventude sente os problemas com os quais está envolvida como num espelho agigantador.

São diversos os motivos que levam a juventude a participar politicamente. Dentre eles, o fato de que pertencer a uma organização social constitui uma motivação tanto de ordem pessoal como social e política. A vontade de agir é satisfeita tanto em ações concretas quanto num pensamento mais geral de transformação do mundo num lugar melhor.

As informações geradas pela mídia sobre a falta de participação juvenil devem ser analisada de forma crítica, uma vez que não há termos de comparação entre a juventude atual e a das décadas passadas. Outra questão é o fato da juventude estar se organizando para participar através de canais não tradicionais, como os movimentos e organizações culturais. Parte dessas afirmações provém de uma percepção geral do descrédito relativo a política e as instituições, por parte de toda a sociedade.

Atualmente, a participação da juventude está bastante associada a cultura, uma vez que é crescente o número de jovens que atuam politicamente fora do movimento estudantil ou das juventudes partidárias, e dentro desses meios "alternativos". Entretanto, deve-se atentar para o fato que os jovens realizam trabalhos artísticos desde sempre, e não se pode considerar todas essas intervenções como formas de participação estritamente política. Essa integração social é essencial para o desenvolvimento do senso de coletividade e para a formação individual do sujeito como cidadão, por despertar consciência e promover a cidadania. Além de estimular a sensibilidade, essas variáveis de participação buscam a inserção social de uma forma que é vista como nova, ou seja, sem o desgaste da institucionalidade política.

O gestor de um programa de juventude deve estar atento para a abertura de canais de participação. É consenso que os jovens precisam estar inseridos no debate, e para tanto, esses canais de participação devem estar abertos e proporcionar uma atuação efetiva, que garanta o protagonismo juvenil.

Incentivar essa participação é papel fundamental não apenas do Estado, mas da sociedade civil, que deve fomentar a atuação juvenil nos meios em que já estejam envolvidos: escolas, universidades, comunidades, bairros, projetos, etc.

Ao elaborar uma estratégia de participação da juventude, é preciso entender que as necessidades nas capitais é bastante diferente das cidades de interior. Conhecer essas demandas talvez seja dos maiores desafios. Daí parte a necessidade de fomentar a discussão da juventude na esfera municipal para que a política do estado e seguidamente do governo federal sigam parâmetros condizentes com as realidades locais.

Existem diversas secretarias de juventude e entidades que buscam ouvir e atender as demandas juvenis, mas na prática não conseguem elaborar uma estratégia real de participação. Isso se deve ao fato de que trabalhar com jovens requer uma clareza muito grande por parte dos coordenadores e gestores a respeito dos limites e do que a instituição propõe. Quando um espaço se caracteriza como "da juventude", é natural que os jovens entendam que naquele lugar as regras são flexíveis a ponto de ser permitido tudo o que é característico a juventude. Neste momento, os gestores devem conhecer os limites entre trabalho com o jovem e o objetivo desse trabalho.

Trabalhar na lógica da inserção do jovem na luta por seus direitos significa adquirir e redistribuir poderes. Essa dialética gera impasses difíceis de serem solucionados, e as disputas muitas vezes são acirradas. Uma proposta vertical e hierárquica de participação, que vise a entrada do jovem num espaço onde previamente delimita-se seu percentual de intervenção, pode levar ao fracasso. É o que acontece com diversas instituições que se vêm despreparadas para o desafio e acabam formalizando espaços de fachada, onde a real participação juvenil não ocorre.

A provocação de abrir canais de participação efetiva, passa pela idéia de uma construção horizontal, onde há sim regras e hierarquias, mas que esta não seja a lógica que delimita a participação. Esse espaço deve estar verdadeiramente aberto ao debate, e preparado para as dificuldades de trabalhar com uma população não habituada a ser ouvida e manifestar as suas opiniões.

Programas, Ações e Políticas de Juventude:

Hoje a sociedade luta pela legitimação do jovem como sujeito de direitos. Assim, estremar a atuação juvenil numa fuga ou num não envolvimento com os problemas sociais, significa negar a sua condição. Isso envolve a reavaliação da maioria dos programas para juventude que estão sendo implementados no Brasil. Considerar que o jovem está em melhores condições quando envolvido em ações assistencialistas e exclusivamente emergenciais, é opor-se a toda a lógica de reafirmação da juventude como agente de seu próprio futuro, como classe ativa e responsável, que é capaz de escolher e decidir os seus caminhos.

Neste momento, é fundamental a reavaliação das ações especialmente nos programas já em andamento. A auto-análise pode apontar para novos caminhos a serem percorridos de acordo com as necessidades que a sociedade apresenta. É necessário que o trabalho com jovem seja atualizado a cada momento, pautando-se pelas discussões e conquistas garantidas nos últimos anos. Os grupos devem abrir suas diretrizes expondo-as a outras entidades, renovando suas linhas de trabalho e evoluindo de acordo com sua época.

As Políticas Públicas de Juventude e o Estado Democrático:

É importante ressaltar que uma política pública não se constitui a partir da junção de programas. Essa diretriz foi tomada como base durante o governo do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo Marília Spósito (2003). O governo adotou programas de repasse de verbas para as esferas estaduais e municipais, e estes para ONGs e fundações que exerciam atividades relacionadas à juventude. Ou seja, nenhuma das entidades brasileiras poderia contar com a referência federal para atuação na área de juventude, uma vez que essas políticas não haviam se constituído, e também não havia uma instituição federal para responder sobre essas ações realizadas localmente. Como afirma Léon (2003),

"a institucionalidade é quem pode aportar as bases de permanência e continuidade de determinadas políticas públicas".

Ainda hoje, 2004, não há uma política pública regulamentada e também não há uma secretaria de juventude no nível federal. No entanto, todo o acúmulo de conhecimento proporcionado pelos debates em todo o país geraram consensos, e podem culminar em uma inédita política nacional de juventude. Todo o trabalho realizado pelas inúmeras instituições governamentais ou não do país experimentaram situações pelas quais essa política deverá transitar. A idéia da transversalidade e intersectorialidade vem do fato de que essa política deve zelar pelo bom funcionamento no plano nacional com ações combinadas. A divisão de programas em setores específicos já demonstrou embate na execução das ações, limitando um projeto na área de cultura por exemplo, à secretaria de cultura, quando outras entidades também estariam diretamente envolvidas, como as áreas da educação, do turismo, do esporte e do lazer, etc.

Atendendo a esta demanda, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, constituiu o Grupo Interministerial, sob a responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência, envolvendo 19 ministérios exclusivamente reunidos para discutir as questões da juventude, em suas diversas áreas. Com essa medida, pretende-se integrar as demais Unidades Federais nas políticas governamentais.

Institucionalidade:

Ao tratar da proposta da criação de um organismo de juventude no âmbito federal, deve-se ter em mente que a criação de unidades gestoras nos governos estaduais e municipais serão estritamente necessárias. Já é notável o interesse de muitos municípios no tema da juventude, e com isso verifica-se um rearranjo de seus princípios de organização institucional. Por estarem inseridos no debate, essas instâncias muitas vezes atentam para a necessidade da intersectorialidade das políticas, e vinculam suas secretarias de juventude diretamente aos gabinetes do Executivo.

Certamente, os campos mais frutíferos em referência às políticas públicas de juventude são a esfera municipal e as ações locais. Nesse âmbito, a descentralização política, a capacidade de atuação direta e a proximidade com os jovens, compõem-se como pontos altamente positivos para sua prática. A exemplo disso estão os agentes jovens, que atuam no diálogo entre a instituição e os grupos juvenis espalhados pelas cidades, numa tentativa de aproximá-los do poder público e fazer com que a participação seja efetivada.

Outro grande exemplo de iniciativa municipal é o Orçamento Participativo Jovem, em Belém, PA, relatado por Leopoldo Vieira (Representante de Juventude no Congresso da Cidade, In: Novaes: 2003 97), que teve origem a partir do Orçamento Participativo - OP - na gestão do Partido dos Trabalhadores, em 1996. O OP em Belém teve uma característica particular em relação às demais experiências partidas de Porto Alegre, RS: todo o orçamento do município foi posto em discussão. Para complementar a capacidade de mobilização do OP, que tinha como limitação o planejamento somente das obras municipais, foi criado o Congresso da Cidade, que possibilitava a definição das diretrizes, das demandas e dos interesses da cidade, a médio e longo prazos. Com essa abertura, foi necessário o envolvimento direto das diferentes "categorias" do movimento social: homossexuais, mulheres, idosos, negros e jovens. A mobilização juvenil foi intensa, até que foi criado o Orçamento Participativo Jovem. Por formar uma organização bastante estruturada, foi possível conquistar espaço na agenda do OP e aprovar cerca de 30 obras nas áreas de cultura, esporte e lazer.

Sem dúvida essas ações serviram para mobilizar a juventude a alertá-las para o contexto social. Perceber que a cidade depende de articulações e participação social faz com que o jovem desperte para a pluralidade das questões debatidas numa gestão municipal, e não se preocupe apenas em defender seus direitos ou lutar por suas demandas, mas da cidade como um todo.

Durante o período 2003/2004, a discussão das políticas públicas de juventude esteve em alta no Brasil. Diversas Conferências, Encontros e Seminários foram realizados em todo

o país, não apenas por iniciativa governamental, mas por Universidades e entidades interessadas em dar continuidade ao tema. Dentre eles destacam-se alguns seminários ocorridos neste ano no Rio de Janeiro: o II Seminário Regional do Projeto Juventude, em janeiro de 2004; o Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, em março de 2004; e o Seminário: Juventude, cultura e políticas públicas, em julho de 2004. Três grandes grupos de trabalho atuaram intensamente neste período: como já relatado, a Presidência da República articulou-se com as unidades federais e constituiu o Grupo Interministerial para planejar ações em políticas públicas para a juventude; os Parlamentares formaram uma Comissão Especial para estudar as demandas para a elaboração de uma legislação atual e coerente com os debates da juventude; e por último, o governo federal solicitou ao Instituto Cidadania uma pesquisa de abrangência nacional sobre a juventude brasileira e suas demandas. Uma parte dos resultados desta pesquisas estará relatada a seguir. Os três grupos reuniram-se com jovens e entidades de todo o país durante a Conferência Nacional de Juventude, realizada em junho de 2004 em Brasília, onde foi entregues os relatórios das pesquisas em mãos ao Presidente Lula.

É de fundamental importância destacar que a grande maioria dessas ações, tanto na esfera pública quanto na esfera privada, foram realizadas a partir de uma mudança de governo significativa para o Brasil. Com a eleição do PT para a Presidência da República, canais reais de participação surgiram, agrupando entidades, gestores e grupos autônomos, num debate articulado nacionalmente, multiplicando as ações regionais e garantindo a elas visibilidade e legitimação. Vale destacar que o motivo da efervescência do tema da juventude partiu de um apoio significativo deste governo federal, incentivando iniciativas e promovendo o debate.

Legislativo:

No que diz respeito às ações que vêm sendo propostas pelo legislativo em todo o país, destaca-se a criação, a partir de 2001, das Comissões Parlamentares de Juventude. Há diversos problemas relacionados a essas Comissões: elas ocupam um espaço vazio deixado

pela falta de legislação completa para juventude, e muitas vezes limitam-se às áreas da educação e do trabalho, sem atentarem para as diversas ramificações demandadas pelos jovens. Ainda assim, são iniciativas importantes para dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido por pesquisadores e instituições. A experiência do Rio de Janeiro é interessante para ilustrar a forma como essas Comissões vêm atuando em diferentes pontos do Brasil.

No dia 26 de maio de 2004, foi criada uma Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, sob condução do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro. Tendo como Presidente o Deputado Alessandro Molon (PT) e como Vice-Presidente a Deputada Andreia Zito (PSDB), a Comissão se propôs a realizar audiências públicas em diversas localidades do estado, convidando especialistas a discutirem temas relacionados à juventude na seguinte ordem: cultura, educação, geração de emprego e renda, juventude e direito à vida, participação, jovem rural, poder judiciário e ministério público e poder executivo.

Essas audiências tiveram início em 20 de agosto de 2004 e teve no dia 17 de dezembro de 2004 sua última realização do ano, buscando autorização para o prolongamento das atividades para o ano de 2005.

Reuniram-se entidades juvenis de diversas frentes e a possibilidade do encontro formalizou parcerias antes impensáveis, como a vinda de jovens de São João de Meriti para a Audiência Pública sobre participação juvenil na Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Reduzir as distâncias e garantir o direito de ir e vir foram pontos básicos da proposição de encontros em lugares diferentes. Tiveram tentativas de realização de audiências no DEGASE, objetivando a participação de jovens em conflito com a lei no debate das políticas públicas. Entretanto, essas e outras ações, como o transporte dos jovens do estado para a Conferência Nacional de Juventude, em Brasília, foram negadas.

Mesmo enfrentando diversas críticas e muitos problemas, esse foi um passo importante na discussão sobre as políticas públicas de juventude no Estado do Rio de

Janeiro, tendo espaço para o jovem expor suas demandas e seus pensamentos. É evidente que um trabalho mais aprofundado sobre a abertura de canais efetivos de participação juvenil devem ser estudados, pois não basta oferecer um microfone a um jovem dentro de uma plenária na Assembléia Legislativa. Deve-se analisar se num espaço mais convidativo, ou mais característico da juventude, essa participação pode ser mais completa.

Segue em anexo as publicações das atas das audiências publicadas no Diário Oficial, bem como a relação das entidades que participaram da Comissão.

No ano de 2003, a Câmara dos Deputados tomou a iniciativa de constituir uma Comissão Especial para estudar propostas de elaboração do Plano Nacional de Juventude. Esse fato demonstra o interesse por parte do Parlamento em atender as demandas da juventude e buscar em conjunto uma solução para seus problemas.

Para tanto, foi realizada uma consulta em todos os estados brasileiros a partir de audiências públicas onde participaram, além dos jovens, representantes do movimento social, ONGs e membros das diversas instâncias do governo. O resultado dessa consulta foi o Relatório Preliminar da Comissão, que serviu de base para a articulação das Conferências Estaduais de Juventude. Para cada estado, dois deputados ficaram responsáveis pela organização da Conferência e mobilização dos jovens e entidades representativas.

No Rio de Janeiro, os responsáveis foram o então deputado federal Lindberg Faria (PT) e o também deputado federal Deley (PV). Segundo membros da *Rede Jovens em Movimento*, organização formada por jovens e entidades juvenis do Estado do Rio de Janeiro, a Conferência, que aconteceu no ano de 2004, não contou com a presença das principais lideranças jovens do Estado e teve sua divulgação feita às pressas, impossibilitando a mobilização e participação real da juventude estadual.

A *Rede Jovens em Movimento* tomou a iniciativa de redigir uma carta em desacordo com a forma como a organização da Conferência Regional foi conduzida e a entregou a Comissão Espacial de Políticas Públicas de Juventude, na Alerj. A carta encontra-se

disponível em anexo. Fatos como este demonstram que nem sempre as ações podem ser realizadas conforme o planejado, uma vez que dependem de articulações e parcerias.

A idéia da elaboração do Plano Nacional de Juventude é alimentada pelo desejo de fixar uma política de juventude equilibrada e capaz de estabilizar-se, independentemente das trocas de governos, de cargos ou de interesses. Essas políticas devem conter as metas e diretrizes de esferas estaduais e municipais, além de permitir o planejamento das ações a médio e longo prazos.

Outra questão, essa bastante polêmica, que transita no legislativo nacional, é a criação de um Estatuto da Juventude. Seguindo o modelo do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Juventude delimitaria as ações em juventude, asseguraria seus direitos e garantiria sua proteção. No entanto, para a formulação do ECA, contou-se com o acúmulo de experiências e debates de no mínimo uma década, o que o legitima. Já a discussão de juventude vem crescendo nos últimos anos, mas segundo alguns pesquisadores, o tema ainda não estabeleceu consenso para a elaboração de uma legislação, neste momento. Esse segmento afirma a necessidade da criação, ao invés, de uma Carta de Direitos da Juventude, que não define a legislação, mas que aponta suas características. Esse impasse permanece e os parlamentares devem posicionar-se em relação ao assunto para definir uma posição e elaborar, junto a Comissão, uma das propostas.

Sem a definição por parte das instâncias federais, as ações tendem a permanecer locais, sem articulação com uma política ou uma institucionalidade maior, tendo em vista que o atual governo federal ainda não deu por completa a análise das diretrizes que pretende assumir como base de sua política pública. Então, o município não conta sequer com uma orientação, segue os princípios determinados pelo partido ao qual pertence, ou muito raramente pela demanda social, através de conselhos ou comissões de políticas públicas.

Além dessas dificuldades, é possível apontar outros problemas nessa implementação. Como exemplo está a escassez de técnicos e profissionais qualificados para a atuação em políticas públicas de juventude. Uma política de recursos humanos

permanentes é essencial em todas as esferas. Muitos problemas, não apenas em relação a incompetência de alguns dos órgãos gestores, mas também vindas da falta de orientação no trato com os assuntos da juventude, podem ser evitados e solucionados.

Quanto a incompetência dos órgãos, inclui-se uma prática muito comum no Brasil que é a nomeação política de gestores para áreas convenientes, sem a preocupação de um conhecimento básico específico para a atuação no setor. Isso não significa que o melhor gestor na área da saúde seja o médico, mas afirmar que o administrador, não tendo um conhecimento mínimo do funcionamento daquele segmento específico, dificilmente estará preparado para assumir uma gestão e decidir sobre seu funcionamento.

Considerações:

Encerrando essa parte geral sobre políticas públicas, ressalta-se a diferença entre a atuação dos organismos de juventude, que se prestam a elaborar e exercer ações, programas ou políticas, e os centros de produção de conhecimento, que, como as universidades, realizam pesquisas e estudos sobre os conceitos, as políticas e as propostas para os trabalhos a serem desenvolvidos. Regina Novaes (2000) atenta para o fato de que muitas pesquisas sobre juventude vêm sendo realizadas, mas a produção de conhecimento está muito além da pesquisa. Refere-se ao trabalho conclusivo do pesquisador: uma análise detalhada dos resultados e a implicação social gerada, para assim propor uma atuação.

Como foi visto, as políticas de juventude abrangem uma discussão que, apesar de relativamente recente, acolhem uma vasta experiência e dão margem a uma análise aprofundada a seu respeito. O desafio, neste trabalho, é entender até que ponto estas políticas relacionam-se com a área cultural, conhecer esses outros desafios e enfrentá-los, exemplificando as alternativas que tem sido realizadas por um grupo específico.

Pensando nesses centros, é possível criar uma estratégia mais abrangente de capacitação de agentes para atuação com juventude nas esferas municipal, estadual e federal, além das organizações da sociedade civil.

IV - Sobre o Projeto Juventude:

O Instituto Cidadania lançou em 1991, pelo então presidente do Instituto Luiz Inácio Lula da Silva, o documento Política Nacional de Segurança Alimentar, que colaborou com a "Campanha de Combate à Fome", liderada pela ONG Ação da Cidadania.

A partir daí, diversos outros projetos de relevância nacional foram elaborados mediante pesquisas em todo o país: Projeto Moradia, Projeto Segurança Pública, Projeto Energia Elétrica, Projeto Reforma Política e Projeto Fome Zero. Como se constatou, alguns deles transformaram-se em ações governamentais a partir de 2003.

O Projeto Juventude, realizado entre junho de 2003 e junho de 2004, surgiu com o objetivo de fazer um levantamento nacional da condição juvenil, articular os diversos grupos espalhados e, em conjunto, formular propostas de políticas públicas de juventude para serem adotadas no futuro Plano Nacional de Juventude. O eixo principal de proposição tinha como *slogan* a frase: "*nada a nosso respeito sem nossa participação*", o que afirma a necessidade da presença da juventude nos debates e na luta por seus direitos, sem excluir a experiência dos "não jovens".

Para tanto, foram realizados 10 seminários regionais pelo país, contando com a participação dos atores locais, bem como nas 20 oficinas e grupos de trabalho temáticos e no seminário internacional também realizado no período. Nas mesas de discussão, procurou-se reunir jovens de diferentes partes da região, profissionais, intelectuais e representantes do poder público para um debate acerca dos temas que dizem respeito a juventude: trabalho, cultura, educação, participação, gênero, desigualdades raciais, sexualidade, drogas, esportes, mídia, sociedade civil, juventudes partidárias, espaços urbanos, empresas privadas, violência, entre outros.

A outra vertente do Projeto Juventude foi a pesquisa quantitativa nacional, que realizou entrevistas nas diversas regiões do país, em cidades grandes, médias, de pequeno porte e áreas rurais. A pesquisa qualitativa compreendeu quatro grupos focais em São

Paulo, quatro em Porto Alegre e quatro em Recife, objetivando a obtenção de repostas mais específicas nas áreas do trabalho, da cultura, da educação e do lazer, e as expectativas em relação à formulação das políticas públicas.

Os resultados dessa pesquisa foram disponibilizados no site oficial do Projeto Juventude e foram encaminhados para todos os jovens e instituições cadastradas pela internet, distribuindo boletins periódicos tratando dos assuntos mais relevantes e das principais notícias.

O Documento de Conclusão foi entregue ao Presidente Lula e à sociedade na Conferência Nacional de Juventude, em junho de 2004, em Brasília. Esse documento também foi disponibilizado no site e estipulou-se um prazo para todos os interessados revisarem a proposta e encaminharem suas críticas e sugestões ao Instituto Cidadania, no período de um mês.

Com os resultados da pesquisa, o Instituto Cidadania editou três livros temáticos: "Juventude e Sociedade - trabalho, educação, cultura e participação"; "Retratos da Juventude Brasileira Hoje" e "Narrativas da Participação Juvenil".

O Projeto Juventude teve grande abrangência nacional e mobilizou a juventude organizada a debater temas aos quais nem sempre estavam habituados. Questões de gênero e etnia passaram pela pauta de comunidades onde a falta de saneamento básico era a principal questão, transversalizando o debate. A Conferência do Projeto Juventude no Rio de Janeiro foi realizada em duas tardes, no Arte SESC, em janeiro de 2004, e ocasionou o encontro e a descoberta de entidades com trabalhos em juventude espalhados pelo estado. Certamente essa articulação proporcionou parceria que deram frutos durante o ano de 2004, dentre elas a parceria estabelecida entre o Projeto Geringonça do SESC Tijuca e o Sobrado Cultural, ONG localizada no bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro. A partir desta parceria esta pesquisa de monografia começou a ser pensada.

O Documento de Conclusão apresentou áreas focadas em discussões específicas, sempre relacionadas a juventude. Depois de toda o debate sobre intersectorialidade, inesperadamente o documento traz as áreas de interesse bem definidas e separadas umas das outras. Poucos são os temas que dialogam num sentido de proposição mais amplo, trabalho e educação são duas áreas articuladas, mas que não servem de exemplo para as demais. Foram realizados grupos de trabalho específicos para a elaboração de propostas para cada área determinada, o que gerou uma incompatibilidade em relação ao consenso estabelecido sobre a necessidade de promover a troca de interesses entre setores. Com o atual formato, o documento não sintetiza essa junção.

São propostas interessantes e abrangentes, que cobrem grande parte das demandas juvenis históricas e atuais, entretanto na maioria das vezes, não há promoção de intercâmbio entre as áreas.

Ainda assim, o Documento de Conclusão do Projeto Juventude deu um passo importantíssimo a frente das pesquisas já realizadas no Brasil. Chegou às regiões mais distantes e acolheu as demandas de jovens geralmente esquecidos pelas políticas públicas: juventude rural, de rua, indígena, portadoras de necessidades especiais e homossexuais.

Este documento fundamentou pesquisas que vieram depois, inclusive a deste trabalho, e esclareceu pontos intrincados acerca do debate, especialmente em relação ao papel da institucionalidade, seja no âmbito governamental seja dentre as entidades da sociedade civil.

V - Políticas Culturais:

De acordo com as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (México, 1982), da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, e da Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998), afirma-se que:

"(...) a cultura deve ser considerada como o conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que ela compreende, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de convivência, os sistemas de valores, as tradições e as crenças."

Sendo a cultura compreendida com uma abrangência que acolha não apenas os fazeres artísticos, mas o modo de vida, as formas de agrupamento e as inter-relações de uma dada sociedade, se faz necessária a ampliação das ações no que tange a elaboração de ações e políticas culturais. Assim, abre-se a possibilidade das políticas públicas de todas as áreas serem sensíveis e inspiradas pela cultura (Cuéllar, 1997, p.305).

O entendimento de cultura como prática artística limita a amplitude da área cultural, deslocando as formas de expressão, as práticas da vida cotidiana, o comportamento, o pensamento e o imaginário, para setores onde a dimensão do simbólico é sempre secundária.

Conseqüentemente às considerações abrangentes da cultura, as políticas culturais devem seguir os mesmos parâmetros, estando aptas a planejar estratégias de fortalecimento dessa cultura ampla e não segmentada. Entende-se por política cultural:

"(...) programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas." (Coelho: 1999, 293)

Essas necessidades culturais podem ser abordadas tanto pela perspectiva das necessidades naturais dos seres humanos, quanto numa lógica de separação entre natureza e cultura onde a segunda provém de uma construção da realidade através de processos históricos e educacionais. Das duas formas, a necessidade decorre das demandas sociais e das ofertas culturais disponíveis (Coelho, 1999: 279).

Assim, atender a essas demandas é parte das ações em políticas culturais, portanto fomentar a discussão sobre os valores e paradigmas, sobre as ações emergenciais e as possibilidades em longo prazo, se torna essencial para o desenvolvimento humano e cria novos horizontes para o planejamento da cultura inserida e intersetorializada.

As políticas culturais estão presentes ainda no incentivo à criação artística e cultural, que geralmente é penosa, custosa e demorada, sendo naturalmente alijada dos recursos provenientes das Leis de Incentivo à Cultura. É fundamental pensar como o Estado e a sociedade podem atuar no sentido do fortalecimento dessas atividades excluídas das normatizações do mercado. Essa é uma questão norteadora no que diz respeito ao direcionamento político-ideológico que a política cultural deve adotar. De acordo com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil:

"(...) a cultura se impõe, desde logo, no âmbito dos deveres estatais. É um espaço onde o Estado deve intervir. Não segundo a velha cartilha estatizante, mas mais distante ainda do modelo neoliberal que faliu. Vemos o Governo como um estimulador da produção cultural. Mas

também, através do MinC, como um formulador e executor de políticas públicas e de projetos para a cultura." (Gil, 2003)

Sendo assim, é papel do Estado criar condições para o desenvolvimento de atividades culturais de todas as espécies, para a livre expressão de idéias, para a difusão da língua e da identidade cultural do povo, para a participação na vida cultural, para dar possibilidade a qualquer cidadão escolher e *"exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites impostos pelo respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais."* (Artigo 5 - Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural). Essas são as premissas para a atividade cultural plena e livre de barreiras, possíveis a todas as pessoas, em qualquer parte do mundo.

As variações locais devem ser consideradas e trazidas à tona quando a discussão envolve a elaboração de uma política pública. No caso do Brasil, as premissas básicas dos direitos humanos não são respeitadas e, como foi abordado, a juventude é talvez o segmento social que mais sofra com essa falta de estabilidade e incerteza, pois vive seu momento de reconhecimento do espaço onde habita e planeja seu futuro de acordo com as intervenções que acha possíveis. Crescendo num ambiente onde seus direitos essenciais não são respeitados, esses jovens necessitam de alternativas para pensarem a construção da sociedade como uma atividade realmente contínua e da qual façam parte, na qual sem sua colaboração não haverá desenvolvimento nem exercício democrático da cidadania.

Ainda enfatizando as dimensões das políticas culturais, é importante frisar que essa discussão passa pela questão do financiamento, sendo uma área de importância crucial tanto para a manutenção de grupos culturais dos mais diversos, quanto para o desenvolvimento do país. No entanto, política cultural não se restringe ao financiamento e às formas de sustentabilidade, pois não se tem os problemas relacionados a cultura solucionados apenas com injeção de capital. O planejamento estratégico e principalmente as diretrizes políticas a serem adotadas determinam a aplicação dos investimentos e o direcionamento dos recursos futuros.

As políticas culturais ocupam um papel central na orientação das dimensões simbólicas do país, e podem servir como ponto direcionador às demais políticas públicas, em todos os setores. Para tanto, devem-se considerar as lacunas deixadas pelo mercado no financiamento à produção cultural no Brasil, em que áreas artístico-culturais com pouco apelo comercial tendem a não serem incentivadas. Na prática, manifestações onde o investimento financeiro não tenha retorno garantido ou não satisfaça os departamentos de marketing das empresas, não têm financiamento. Assim, não se sustentam como expressão legítima da cultura nacional, pois não têm caráter comercial.

Teoricamente apresentam-se duas importantes definições entre políticas culturais e ação estatal: políticas públicas de cultura e política governamental de cultura (Machado, 2000).

"(...) definiremos políticas públicas de cultura como o espaço público de participação dos indivíduos e coletividades (grupos, classes e comunidades), no qual o poder político é interveniente, é que tem por objetivo instituir e universalizar direitos e deveres culturais produzidos através do consenso democrático."

Sobre a definição do segundo conceito:

"Já a política governamental de cultura pode ser entendida como as normas e procedimentos emanados e executados por aparelhos administrativos e coercitivos do poder político, cujo objetivo é instituir uma identidade coletiva do território governado e, dessa forma, assegurar o poder ideológico ou simbólico do Estado."

Analisando os diferentes conceitos, é possível distinguir uma política democrática e flexível no que diz respeito às ações governamentais em cultura. A intervenção estatal pode se dar de diferentes formas, entretanto resumem-se por um lado, na elaboração de políticas que impulsionem a criação cultural e desenvolvam o potencial criativo da população, estimulando a participação e diversidade; ou por outro lado num dirigismo, determinando as ações de grupos, geralmente definidos por áreas artísticas, acreditando na "identidade nacional" como forma de aglutinação e demarcação de território. É bem verdade que o indivíduo se apropria de uma idéia de nação para fazer jus a sua identidade e pertencer a um coletivo, que é representado pela "cultura nacional" (Hall: 2002, 49), entretanto valer-se da necessidade de agrupamento da sociedade em prol da afirmação de poder do Estado, pode ser uma atitude arriscada e ineficiente, uma vez que essa associação de idéias e formação da identidade não decorre apenas de proposições estatais. A cultura vai além da generalização que se propõe com o termo "cultura nacional", ela necessita da valorização da diversidade e da legitimação de suas demandas específicas.

Políticas Públicas e a Orientação para Cultura:

Compreender as dimensões da cultura significa, entre outras coisas, analisar o desenvolvimento de uma localidade ou do país não apenas através dos parâmetros puramente econômicos. Partindo de uma visão não convencional, que afirme as relações de coexistência social como critérios de avaliação, sem renegar a oferta e a procura de bens e serviços, entende-se que o "*desenvolvimento e a economia são pois, aspectos da cultura de um povo*" (Cuéllar: 1997, 22).

Defender a cultura como catalisadora de um projeto de construção social harmonioso e integrado, significa conceber a liberdade cultural como premissa básica na constituição do Estado democrático. Assim, permitir aos povos a convivência pacífica dentro de suas características culturais específicas, além de ser um árduo trabalho por parte do Estado, objetiva a integração da sociedade civil não apenas no sentido de alargar a

participação e a proposição de idéias, mas também como uma forma de garantir que seus direitos serão assegurados.

O Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento deixa um pergunta que interliga as relações entre política e cultura desenvolvidas neste trabalho: "*Que políticas promovem o desenvolvimento humano sustentável ao mesmo tempo em que estimulam o florescimento de diferentes culturas?*". Essa é a questão geral que norteia os trabalhos que tratam cultura a partir de uma visão mais abrangente, que não a caracteriza apenas por modalidades artísticas, mas que reconheça que o modo de vida, além de ser expressão legítima da cultura de um povo, merece a atenção dos governos no sentido de garantir o pleno direito à vida.

Pensar que todos os indivíduos devem levar uma vida digna, saudável e produtiva inclui o alargamento das fronteiras entre definições de cultura e, conseqüentemente de políticas culturais. Assim, planejar políticas públicas em todos os setores significa pensar o bem estar social e as formas preservação da identidade coletiva, entendendo as variáveis e as mutações constantes no que diz respeito à cultura de um povo.

Citando Hamilton Faria (2003, 9), destacam-se quatro pilares fundamentais no que tange ao campo cultural e ao desenvolvimento solidário das nações: democracia, diversidade, paz e ética. A democracia deve ser valorizada e incentivada principalmente pelos órgãos do poder público, das comunicações e das organizações civis, na intenção de consolidar a articulação e a representação da sociedade, favorecendo sua participação direta. A diversidade é a promoção da interculturalidade, onde há espaço e incentivo às culturas tradicionais, eruditas, profissionais, e também às experimentais, populares e coletivas, criando um ambiente de integração e sociabilização.

A cultura da paz deve ser compreendida como eixo central de qualquer política pública dedicada ao pleno desenvolvimento humano. Esse é o ponto preocupante nas relações juvenis, onde a violência, a banalização da morte e a cultura do medo impõem restrições ao livre deslocamento, seja no caminho da escola, do trabalho ou do lazer. A paz

se contrapõe não apenas á violência física, mas á barbárie sofrida pelos povos em todo o mundo. De acordo com a definição abaixo:

"Quando todos os valores se equivalem, quando todas as experiências têm o mesmo sentido e o mesmo peso, quando é indiferente escolher uma coisa ou outra, vive-se uma época de barbárie." (Coelho, 1999, 75).

Isso significa afirmar que a homogeneização cultural que vem se instalando na privatização das relações humanas pela globalização, que vende a diversidade cultural como produto exótico, precisa ser analisada. A cultura contra a barbárie propõe-se a ser, além da defesa da diversidade, uma proposta de paz, de respeito mútuo e de afirmação dos valores democráticos. Os limites entre as ações públicas e privadas, e entre as diretrizes impostas ou não pelo Estado devem ser cuidadosamente revistas a todo o momento, no intuito de responsabilizar possíveis infratores dos direitos culturais.

Juventude e Cultura:

A cultura é uma área de extrema ligação com a juventude, visto que seu momento de criação e fruição funciona como meio de sociabilidade e expressão lúdica por parte dos jovens. Está atrelada a formação da identidade individual e coletiva, assim como a sensibilização tanto para as relações de vida quanto para a expressão artística. Oferece uma relação diferenciada com o espaço e desenvolve o senso crítico e a percepção dos diferentes modos de sociabilidade e inter-relação contextual, além de ser uma permanente demanda juvenil.

*"Práticas de ação coletiva em espaços públicos de cultura e lazer, existentes nas cidades, podem ser consideradas como laboratórios onde se processam experiências e se enriquecem as subjetividades."
(Projeto Juventude, 2004)*

De Norte a Sul do país, emergem ações relacionadas à cultura através dos movimentos sociais ou organizações das mais diversas, buscando meios de expressão diferentes, mas todos em função da cultura da cidadania. As políticas públicas devem estar atentas para essas novas formas de inclusão e garantia do sentimento de pertencimento, legitimando a atuação em cultura como parte fundamental do desenvolvimento social, e reafirmando a soberania do modo de vida e das expressões artísticas, tão devastadas pelo mercado globalizado, que massifica e banaliza a diversidade dos povos, transformando-os em produtos exóticos altamente comercializáveis.

Ao abordar o tema da cultura e da arte referindo-se às políticas públicas de juventude, deve-se considerar a necessidade de criação de espaços propícios ao desenvolvimento da prática artística, bem como atentar para a facilitação dos acessos aos equipamentos culturais. No entanto, aumentar as escolhas não significa solucionar a marginalização dos jovens perante a cultura. Trabalhar para a ampliação da informação e da formação cultural gera um pensamento mais crítico e capaz de diferenciar e destacar os valores das formas culturais, além de possibilitar a sempre necessária sociabilidade entre os jovens e entre estes e a sociedade.

Para tanto, no que se refere a construção e disponibilização de equipamentos culturais, a instância governamental deve ser dotada de recursos para o financiamento de novos espaços públicos como bibliotecas, centros culturais, complexos esportivos, escolas de arte, teatros, cinemas e áreas reservadas a manifestações da comunidade, como shows e festas populares. Esse fundo de amparo aos projetos culturais das comunidades, deve ser gerido atendendo as demandas sociais. Para tanto, sugere-se a criação do Conselho

Municipal de Cultura com o objetivo de "representar a sociedade civil junto ao Poder Público Municipal em todos os assuntos relacionados à cultura" (FIC, 2003).

O direito de ir e vir deve ser o ponto de estruturação de uma política pública para juventude que pense amplamente a cultura. Nas grandes metrópoles brasileiras, esse direito é negado aos jovens tanto das classes mais abastadas como das pertencentes a comunidades carentes, sendo o tráfico de drogas e a violência os principais responsáveis pelo impedimento da livre circulação. Além deste fato, o passe livre para os estudantes e para todos os jovens é uma luta permanente que vem sendo impulsionada pelas entidades de trabalho juvenil. Muitas vezes, a participação política ou em atividades culturais de lazer ou de formação/capacitação é negada aos jovens das classes populares por razões simples como a falta de recursos para transporte e alimentação. Os projetos, por sua vez, não contam com orçamento para financiar estas despesas e garantir a presença dos jovens, e a conseqüente continuidade dos trabalhos. Toda essa discussão envolve a cultura da cidadania, onde o pertencimento e a valorização da identidade pessoal e coletiva são postos à prova no cotidiano da juventude.

No que se refere ao estímulo às ações juvenis em cultura destaca-se o fomento à produção cultural juvenil como forma legítima de expressão da cultura nacional. Esse reconhecimento não basta sem um apoio técnico e orçamentário por parte das entidades financiadoras. Preocupar-se com a capacitação juvenil é um ponto de relevância ímpar no que diz respeito à sustentabilidade dos projetos e ações culturais. A área da cultura, em especial, carece de profissionais preparados para um contato mais aproximado com a produção cultural na íntegra, sendo vivida em todos os momentos durante o processo de construção da cidadania, dentro de um programa ou projeto cultural.

Promover a troca também aparece como um dos fundamentos das ações em políticas públicas, e está diretamente relacionada com participação juvenil e o direito de ir e vir de cada cidadão. O item 15 das Orientações do Plano de Ação para a Ampliação da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, aponta para o desenvolvimento de estratégias de incentivo a produção cultural:

"Apoiar a mobilidade dos criadores, artistas, pesquisadores, científicos e intelectuais e o desenvolvimento de programas e parcerias internacionais de pesquisa, buscando ao mesmo tempo preservar e aumentar a capacidade criativa dos países em desenvolvimento e em transição."

Estas são características importantes para o pleno desenvolvimento das tradições e fazeres culturais, entrando em contato com outras culturas. Para a juventude, nada poderia se encaixar tão perfeitamente quanto a proposição de encontros para trocas simbólicas, de valores, de bens e de conhecimentos. O intercâmbio entre diferentes regiões do Brasil favorece essas trocas e a descoberta das dimensões não apenas territoriais do país, mas especialmente culturais. Esses intercâmbios devem ser proporcionados através do diálogo entre as instâncias governamentais e a iniciativa privada, incentivando o encontro ainda que dentro de uma mesma cidade.

Outra questão que endossa a atividade cultural como meio de desenvolvimento social pela juventude é a capacitação juvenil. Nessa esfera, propõe-se a criação de núcleos comunitários, com capacidade de ação e intervenção direta, que em parceria com as universidades, possam formar agentes jovens para atuação no contexto sociocultural. Essa formação deve atingir diretamente as classes menos favorecidas, culminando com a diminuição das distâncias entre classes. Esses jovens em desvantagem social devem ser os principais beneficiários, num país onde as condições sócio-econômicas são tão desiguais. Os jovens portadores de necessidades especiais, envolvidos em conflitos com a lei ou moradores de rua geralmente são esquecidos quando se trata da elaboração de políticas públicas. Neste caso, essas camadas devem ser ouvidas e pensadas como membros importantes na constituição do tecido social e parcela relevante dentre a juventude brasileira.

VI - Sobrado Cultural - Histórico:

O Sobrado Cultural nasceu a partir de um grupo de onze amigos que atuavam juntos no movimento social nas mais diversas áreas: meio ambiente, comunicação, geografia, cinema, educação, etc., e no movimento estudantil, no Rio de Janeiro. Em 1997, Cláudio Paolino recebeu o espaço que futuramente abrigaria o Sobrado Cultural como herança após o falecimento do pai. Na época, o futuro Sobrado Cultural consistia numa oficina mecânica, existindo apenas o primeiro andar térreo, passando por uma grande obra onde construiu-se mais três andares. Em 08 de março de 1998, o Sobrado abre suas portas inaugurando o espaço com o filme Pagú, exibido no segundo andar.

O Sobrado Cultural, por definição, caracteriza-se como um espaço cultural por abrir suas portas para atividades realizadas por diversas instituições. Dentre elas, o Instituto de Imagem e Cidadania - IMAC - fundado em 1999 pelos diretores do Sobrado, Marjorie Botelho, Cláudio Paolino e Túlio Paolino.

Sediado dentro do Sobrado Cultural, o IMAC abriu espaço para o trabalho com cultura e ação política como formação, e não apenas entretenimento. Em entrevista, seus fundadores afirmaram que no início as idéias não eram tão claras sobre o que o Sobrado deveria ser, além de um espaço de cultura. Daí a criação do IMAC, mais amplo, propondo a ocupação do espaço por diversas outras entidades. Teve sua atuação inicial voltada para a comunicação livre, a democratização da comunicação e da cultura. Hoje o IMAC também administra o Sobrado e dele partem os gestores que além da coordenação, o mantém financeiramente.

Tem uma proposta de ocupação por diversas entidades. Por ele já passaram grupos como o Coletivo de Educadores Socialistas, Teatro Amadores, Pré-Vestibular Popular, Casa das Artes, Cemina, MST, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e escolas públicas da região, que utilizam o Sobrado como espaço para a realização de suas atividades. O objetivo dessa proposta é contribuir com o desenvolvimento e a sustentabilidade dos grupos dentro do movimento social.

Na coordenação geral e pedagógica está Marjorie, na comunicação Cláudio, na área de imagem está Flávio e na rádio Rafael. Dentre os monitores/bolsistas, cada grupo de jovens divide-se entre as principais áreas de atuação do Sobrado: imagem, rádio, teatro e jornal. Cada um deles entrou para o Sobrado a partir de um momento diferente, uns foram descobertos nos Fóruns e Conferências dos quais o Sobrado participou, outros permaneceram após as atividades de outras entidades dentro do espaço. Esses núcleos ainda não são permanentes e quando tornarem-se, pretende-se que alguns monitores entrem para o corpo técnico do Sobrado.

Atuação regional:

Por localizarem-se na Zona Norte do Rio de Janeiro, o Sobrado Cultural mantém um vínculo inegável com a região. Seus atendimentos não se restringem aos moradores locais, no entanto grande parte dos jovens participantes e das atividades realizadas têm seu direcionamento na região. Por acreditarem que o aumento desse vínculo é fundamental para o bom desenvolvimento de seu trabalho, a região foi identificada e, a partir de 1999, o Sobrado Cultural iniciou um mapeamento da área chamada Grande Tijuca. Assim, a região compreende sete bairros: Maracanã, Vila Isabel, Praça da Bandeira, Andaraí, Alto da Boa Vista, Grajaú e Tijuca. Cada um deles com identidades bastante diferentes.

A geografia desta região caracteriza-se pela junção de áreas tradicionalmente residenciais da cidade do Rio de Janeiro, convivendo com favelas situadas nos morros que cercam todos os sete bairros. Assim, a mistura entre classes é nítida e sempre presente.

Ainda assim, o Sobrado não realizou uma pesquisa computando sua importância na região. A percepção geral é de que há certa rejeição por parte da vizinhança, por ser a Tijuca uma área conservadora e pelo trabalho realizado com jovens inicialmente atrair a desconfiança dos moradores. O Sobrado busca congrega jovens de identidades, classes, etnias, gêneros e atuações diferentes, o que eles acreditam causar certo desconforto perante

a vizinhança. Como projeto para o próximo ano, pretende-se aumentar a visibilidade do espaço, seja através de divulgação das atividades, seja através da articulação com novos parceiros.

Sobre as parcerias, o SESC Tijuca entrou no início de 2004 como uma entidade de grande porte que apóia e incentiva as atividades do Sobrado Cultural. Para o espaço, a parceria com o SESC se deu a partir de um reconhecimento mútuo da proximidade de idéias e do trabalho realizado com a juventude. Através do projeto *Geringonça*, projeto de artes desenvolvido pelo SESC Rio com a juventude da Grande Tijuca, o Sobrado aproximou-se do SESC e garantiu maior visibilidade dentro e fora do bairro. É bem verdade, que essa parceria não proporcionou uma melhoria de estruturas físicas no Sobrado, pois não há nenhum tipo de apoio financeiro, também não aumentou as atividades realizadas, entretanto o Sobrado recebeu uma demanda maior de jovens que procuram o espaço, vindos do *Geringonça*.

A relação dos fundadores do Sobrado Cultural com a região se deu por serem moradores da Tijuca e arredores desde a adolescência, e a opção de trabalhar com a juventude vem do fato de, no momento da criação do espaço, serem todos muito jovens, recém saídos da Universidade e já atuantes no movimento social. Enfrentaram durante seus anos de juventude um problema bastante comum na Zona Norte: a falta de espaços e equipamentos culturais. Mesmo considerando essa uma demanda histórica na região, a formação política e de educadores não permitia que o Sobrado fosse apenas um espaço para espetáculos. No início abriam-se as portas para apresentações artísticas, logo em seguida o projeto Tardes Cariocas entrou para promover o debate e reunir grupos artísticos, ocupando uma lacuna. Nunca se pretendeu a ser um trabalho só de cultura ou só de educação.

Num breve diagnóstico cultural da região, aponta-se poucos equipamentos localizados nesta área. A juventude da Grande Tijuca tem por opção reunir-se no Tijuca Tênis Clube, nos bares da Praça Varnhagem, no shopping, ou nas escolas. Espaços culturais são realmente poucos, além do Sobrado Cultural, há o SESC Tijuca, o Teatro Ziembinski, a Cia. Étnica de Dança e Teatro, entre os mais significativos. Recentemente, a Prefeitura

Municipal inaugurou o Centro Coreográfico, espaço importante para o desenvolvimento da dança na cidade. As Escolas de Samba também se apresentam como espaços de encontros da juventude e dos demais moradores: Salgueiro e Vila Isabel.

O Sobrado promove uma relação interessante com a região. O curso de fotografia é talvez o que mais se aproxima da representação e do diálogo com a Grande Tijuca: os jovens estão criando um banco de dados da região, coletando imagens e as expondo, garantindo que o vínculo com o lugar não seja esquecido. O funcionamento dos núcleos varia de acordo com as decisões estabelecidas dentro do grupo, tendo autonomia para decidirem inclusive sobre o que fazer com a renda arrecadada a cada evento. Nesse caso, 50% da renda fica com o Sobrado Cultural sendo revertida para sua manutenção. Ainda assim, nem só de atividades internas vive o Sobrado. Recentemente realizou-se um trabalho numa aldeia indígena, com uma comunidade caiçara em Parati Mirim.

Outro exemplo de ação externa foi o trabalho realizado em parceria com as escolas públicas. Com uma postura de fortalecimento do ensino público, e não de intervenção no seu espaço, em 1999 e 2000, foi realizado um trabalho visando criar a possibilidade de a juventude produzir conteúdo na internet, sendo esse o primeiro objetivo do IMAC. Com o apoio da Macromídia, instalando o softwear nas escolas para garantir a continuidade do trabalho após o término das oficinas, os oficinairos ensinavam aos alunos das escolas como crias suas páginas na internet, levavam exposições de vídeos e fotografias, além de promoverem o debate. Por essa oficina de Web design passou a Escola General Gilberto Souza Melo e Instituto Superior de Educação, ambos localizados na Grande Tijuca.

Outro grande momento foi a articulação do grupo *Geração*, uma rede de jovens da Grande Tijuca, que surgiu a partir da Agenda Social, iniciada por Hebert de Souza (Betinho) no *Ação da Cidadania*. Dentro do movimento, já existia um grupo de discussão sobre juventude, bastante descentralizado e desarticulado. Através de uma parceria entre o IMAC, o IBASE, o TEAR, a Fundação Bento Rubião e o Movimento de Adolescentes do Rio de Janeiro, montou-se uma articulação com o objetivo fundar um grupo de discussão sobre juventude dentro da Agenda Social.

Geração era o nome do jornal que reuniria grupos da Grande Tijuca. O desafio era utilizar um veículo de comunicação para reunir esses diferentes grupos juvenis. Para tanto, o jornal possuía um Conselho Editorial representado por jovens de diferentes grupos da região: grêmios, jovens da Cia. Étnica de Teatro e Dança, jovens do IMAC, da Pastoral da Juventude e de programas do governo federal, tanto do "asfalto" quanto do morro, que reuniam-se no Sobrado Cultural. Essa movimentação originou a Rede de Jovens da Grande Tijuca, que reunida realizou oito edições do Jornal *Geração*, tendo seu último lançamento em 2003. As edições do jornal começaram em 2001, com uma tiragem de três mil exemplares, sendo pautado e escrito por jovens. A linha editorial eram as políticas públicas de juventude, o que necessitava da constante formação dos jovens. A relação com os diferentes níveis de informação era bem solucionada: cada vez que um tema entrava em pauta e um grupo não o conhecia inteiramente, era realizado um seminário para que todos pudessem compreender e lidar em igualdade com a pauta. Assim, o jornal de jovens era distribuído para os jovens nas escolas. Para o ano de 2005, há uma proposta de lançamento de uma publicação contando toda a história dessa iniciativa.

Pensar a macro-política também faz parte da formação, e para tanto os jovens são incentivados a participar dos fóruns e conferências em todo o país. Através dos sindicatos e do movimento social, promovem-se viagens desses jovens ao Fórum Social Mundial, Fórum Social Brasileiro, Fórum Cultural Mundial, Fórum Mundial de Educação, etc. A partir desse acúmulo de experiências, realizaram-se no período de 2002/2003, os Fóruns Sociais da Juventude na Grande Tijuca. As quatro edições serviram para fortalecer o debate e os grupos da região. O bairro do Andaraí teve como sede de um dos Fóruns a Cia Étnica, o CEFET organizou-se através do grêmio, a Pastoral da Juventude também realizou um Fórum em sua sede, e no Morro da Casa Branca, ocorreu a última edição dos Fóruns, organizado por jovens de um projeto do governo federal, o Agente Jovem.

Em 2004, o Sobrado optou pelos cursos de formação política e comunicação como estratégia de articulação em rede. Consolidou parcerias importantes como o *Observatório Jovem*, projeto de extensão da Faculdade de Educação da Universidade Federal

Fluminense. Juntos realizaram um curso de formação política dedicado às políticas públicas de juventude, debatendo idéias com pesquisadores e realizadores de trabalhos com juventude em todo o país. Foi mais um passo na inserção da juventude do Sobrado Cultural no debate nacional acerca das questões juvenis, tão presentes nesses anos de 2003/2004. Analisar os possíveis desdobramentos desse curso de formação política é de fundamental importância, pois certamente foi um impulsionador e fortalecedor da rede estadual de comunicação juvenil, Rede Jovens em Movimento, que teve sua abrangência máxima no período de realização do curso no Sobrado Cultural. Isso significa afirmar que neste ponto foi realizado um trabalho intenso de política pública de juventude: possibilitou o encontro de grupos juvenis que ainda não se conheciam, estabilizando uma rede que reunida ainda atua no movimento social em defesa dos direitos da juventude.

VII - Pesquisa de Campo - Sobrado Cultural:

A pesquisa de campo com os grupos do Sobrado Cultural aconteceu de diversas formas. A mais constante delas foi a observação externa durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2004. Como o espaço eu já conhecia, pude esclarecer algumas considerações com mais facilidade durante o processo de pesquisa.

A metodologia aplicada partiu de uma primeira entrevista informal com os coordenadores do Sobrado Cultural, Marjorie e Cláudio, a respeito do interesse em um estudo de casos tendo o espaço como objeto. Seguiram duas outras entrevistas, a primeira com os dois coordenadores, guiada, com um roteiro pré-estabelecido, a segunda apenas com a Marjorie, num bate papo informal sobre questões mais gerais a respeito das relações pessoais e das expectativas, tanto por parte dela como gestora, como por parte dos jovens.

A seguir, um questionário foi aplicado a nove jovens participantes dos núcleos do Sobrado, buscando respostas gerais sobre participação e realização das atividades dentro do grupo. Simultaneamente, entrevistas com esses jovens foram feitas de forma a investigar o grau de envolvimento com o trabalho que realizam.

A realização desta etapa foi bastante complicada. O curto prazo para a entrega dos resultados da pesquisa inviabilizou um estudo e um acompanhamento mais aproximado, deixando lacunas a serem respondidas. A aplicação do questionário foi, sem dúvida, a parte mais difícil, por se tratar de uma tarefa nunca antes realizada por mim. Em algumas questões, as respostas obtidas não enfocaram minha real curiosidade, tendo em vista a precariedade da junção de informações e relações tecidas no questionário.

Ainda assim, foi possível observar resultados interessantes, que desafiam uma análise comparativa, entre as respostas "formais" e as dadas em entrevistas. Comparar os objetivos dos gestores com a visão dos jovens em relação ao trabalho realizado no Sobrado, também gerou novas considerações.

Os resultados desta pesquisa serão analisados com base na pesquisa conceitual proposta. A conclusão desta monografia apresenta uma análise da atuação do objeto do estudo de casos, enfocando as políticas públicas de juventude orientadas pela cultura, e verificando até que ponto a hipótese se confirma.

Resultados:

Os resultados mais expressivos certamente partiram das entrevistas, tanto com os coordenadores quanto com os jovens. Ainda assim, o questionário aplicado vale como direcionamento das questões que foram observadas durante a pesquisa. Para uma análise mais consistente, recomenda-se a verificação do questionário aplicado, que encontra-se anexo.

O questionário foi aplicado a nove jovens participantes das atividades do Sobrado Cultural, durante uma tarde de preparativos para um evento noturno. Não foi possível detectar uma média de idade precisa, pois a maioria dos pesquisados não respondeu a este tópico. Dentre os jovens entrevistados, cinco deles eram do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Em sua maioria, possuíam o segundo grau completo (55,5%), apenas três responderam ter o terceiro grau incompleto e um o segundo incompleto. Constatou-se que a maior parte dos entrevistados reside na Grande Tijuca, e que são bolsistas do Sobrado (66,6%).

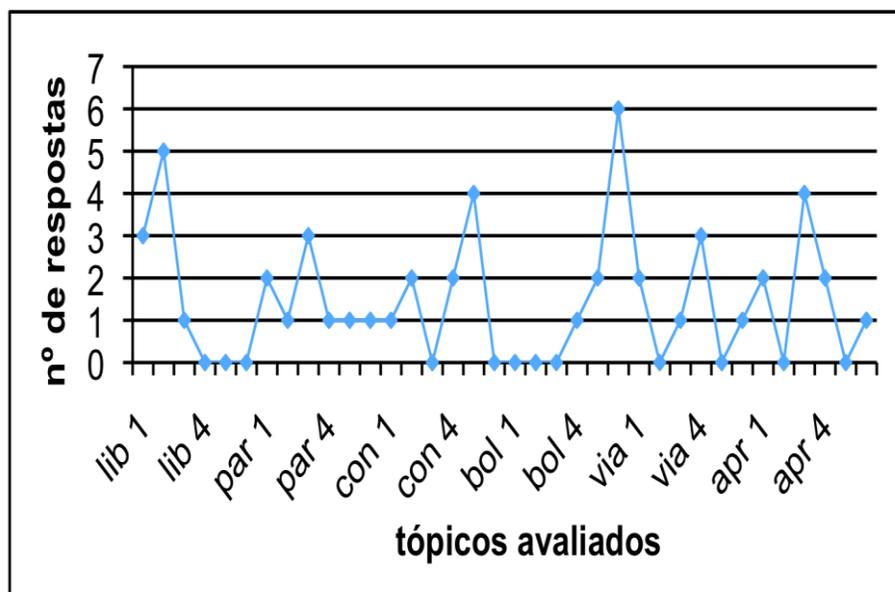
Quando questionados sobre qual núcleo pertenciam dentro do Sobrado, duas pessoas deram mais de uma resposta, e essas se efetuaram na seguinte proporção: imagem 45,4%, teatro 36,3%, rádio 9%, jornal 9%. As questões dois e três estão relacionadas na medida em que quando um participante toma a iniciativa de levar questões do seu cotidiano para dentro do grupo, ele propõe uma atividade, não necessariamente formula as diretrizes para o curso. Sendo assim, 45% afirmaram ser de iniciativa do coordenador a proposta de atividades e outros 45% afirmaram ser de iniciativa dos participantes. Na questão três, 77,7% dos entrevistados respondeu que já haviam levado suas questões para o núcleo, o

que indica alto grau de participação, levando à questão que se segue. A maioria considerou sua participação muito ativa (55,5%), enquanto nenhum dos entrevistados optou pelo quesito de participação pouco ativa.

A questão de número cinco foi certamente a mais polêmica. Quando questionados sobre o principal foco do Sobrado, muitos entrevistados marcaram várias respostas, pois todos os quesitos eram claras áreas de atuação. Ainda assim, 57,1% responderam serem as atividades culturais o principal foco, seguido de 21,4% em comunicação, 14,2% em formação política e 7,1% em educação.

Quando questionados sobre o grau de satisfação com o espaço, 44,4% consideraram-se muito satisfeitos, 33,3% satisfeitos apenas, 22,2% pouco satisfeitos, e ninguém optou por insatisfeito. No que diz respeito às demandas, 46,6% apontaram as oficinas artísticas como a principal carência, seguido de 20% em festas/shows, 13,3% em cine-clube e espetáculos, e 6,6% em debates. Essa questão está diretamente relacionada à de número cinco, onde é questionado o principal foco. Partindo da análise das respostas até este momento, verifica-se que os jovens entendem o Sobrado Cultural como um espaço de formação, voltado para a área das artes, um lugar de encontros onde há umicineiro e seus "alunos". A questão política não se apresenta como item de importância primordial.

A pergunta de número oito gerou as respostas mais interessantes. Indagados sobre o grau de importância dentre seis itens, os resultados expressam-se no gráfico a seguir:



Legenda:

Lib 1: liberdade de expressão como primeiro item em importância

Par: participação

Con: contato com outros grupos/pessoas

Bol: bolsa auxílio

Via: viagens para Fóruns e Conferências

Apr: aprendizagem nas oficinas

Considerando os resultados, percebe-se um ponto elevado na questão da liberdade de expressão, que foi mencionada como segundo tópico mais importante por cinco entrevistados. Já a participação teve seu grau de importância dissolvido, mantendo-se constante, mas abaixo da média. Duas pessoas entre nove consideraram as viagens para conferências e fóruns o tópico mais importante a ser avaliado, e seis entrevistados acreditaram ser a bolsa auxílio o último item em grau de relevância dentro do Sobrado Cultural.

Esses resultados indicam expectativas em relação ao espaço. A participação se manteve constante, ainda que sem grande expressão, enquanto a liberdade foi o ponto

positivo levantado pela maioria dos jovens. Isso significa reconhecer o espaço como da juventude, lugar onde os jovens se consideram donos da palavra e podem manifestar suas opiniões.

A questão de número nove indagava sobre a atitude do entrevistado frente a um problema/conflito dentro do Sobrado. Nesse item ficou registrada a importância do monitor na resolução de conflitos, o que concorda inteiramente com o posicionamento dos coordenadores em entrevista: 50% ainda preferiram a opção de conversar diretamente com o coordenador, entretanto expressivos 37,5% optaram pelo monitor como mediador de conflitos.

As questões dez, onze e doze, discursivas, trouxeram outros dados referentes a pesquisa. Na primeira avaliava-se a atuação especialmente fora do espaço do Sobrado Cultural, o que ficou comprovado pelas atividades externas realizadas pelos jovens. Esta questão de número dez não foi formulada de maneira adequada e as respostas perderam parte de sua força, pois não chegaram a um objetivo claramente definido. Sobre a mistura de classes, gêneros e raças questionados na pergunta de número onze, 77,7% consideraram ser essa uma constante, e comentaram que há respeito, convivência pacífica e troca de vivências. E na última questão, foram sugeridas mudanças no espaço, como melhoria da biblioteca, maior oferta de oficinas artísticas, mais divulgação do espaço e melhoria nos equipamentos. Essas respostas apontam para um interesse dos jovens no crescimento e aperfeiçoamento do Sobrado Cultural enquanto entidade.

VIII - Conclusão:

Refletindo sobre os conceitos estudados e sobre os resultados da pesquisa de campo, pode-se confirmar a hipótese de que o Sobrado Cultural é um espaço que propõe e executa micropolíticas públicas de juventude voltadas para a cultura. Dessa forma, confirma-se que

a visão abrangente da cultura é empregada em seu sentido mais amplo, na medida em que o espaço trabalha questões referentes a comunicação, a educação, a política e a formação, sem considerar como prioritário o fazer artístico.

Ele pode ser tomado como um módulo particular de uma totalidade na medida em que sintetiza questões que flutuam nas discussões sobre políticas de juventude, no Brasil. O fato de manter-se em contato com outras entidades e de participar dos encontros e seminários, favorece o alargamento das fronteiras, das diretrizes e do planejamento.

Quanto a estas conexões, há necessidade da formação de uma rede estadual integral, que esteja conectada à essas idéias e que se estabeleça a partir dos jovens, com a colaboração de gestores e pesquisadores. Incentivar a atuação fora do Sobrado Cultural pode ser um outro modo de formação, pois estes jovens podem impulsionar a Rede Jovens em Movimento e se tornar uma rede quente, onde as idéias circulam e as ações são conjuntas. Esse protagonismo juvenil, que tanta falta faz à rede estadual, é capaz de reativar a luta pelos direitos juvenis.

Conforme foi estudado, as políticas públicas de juventude são tratadas como pré-requisitos para a preparação do jovem a assumir seu lugar na sociedade como sujeito de direitos, que deve optar e realizar suas escolhas, mediante condições adequadas de formação e informação. Nesse sentido, vale analisar o papel das entidades que se propõe a atuar no universo juvenil, tendo como base de formação os jovens que atuaram nos processos de democratização ocorridos no Brasil a partir da década de 1980. Essa visibilidade gerou a clareza de uma demanda presente, que deve ser tratada neste momento para garantir a permanência das idéias de liberdade. Para tanto, grupos que realizam esse trabalho de formação devem preocupar-se em instrumentalizar o jovem para vivenciar as situações de sua época. O jovem toma consciência de sua presença no mundo quando transforma um problema aparentemente externo em um problema seu. É neste momento que a transformação e o crescimento acontecem: ele passa a ser responsável pelas decisões que toma, escolhe e faz questão de participar, de manifestar sua opinião.

Foi observado que o Sobrado Cultural se pretende a articular grupos da região e fortalecer parcerias que contribuam para o desenvolvimento de seus projetos e de outros tantos. Ainda são poucos os espaços como este na Zona Norte do Rio de Janeiro, daí a importância da manutenção de um trabalho tão árduo, que requer investimentos e capacitação. É interessante analisar como o Sobrado se remonta e renova suas idéias. Estar isolado não é um objetivo do grupo, e para tanto a autonomia dada aos jovens para responderem pelo espaço em reuniões, pesquisas e fóruns é fundamental para o crescimento do jovem enquanto indivíduo, e do espaço enquanto entidade política. Nesse momento, há uma quebra de hierarquias e o jovem aprende a responsabilidade de seu posicionamento e de sua fala, toma o projeto como seu e trabalha para sua continuidade.

De acordo com a visão dos próprios coordenadores, não faz sentido manter o Sobrado Cultural se não for para pensar a transformação social no sentido pleno. Ora, se o espaço não pensar em transpor para a realidade a necessidade dessa transformação, ele não contribui, não catalisa forças para a manutenção do poder da fala. Gerar subsídios para esse pensamento crítico, para a interpretação do mundo que nos cerca, faz parte de um trabalho que vai além da educação formal. Talvez o Sobrado deva analisar a dimensão de sua abrangência, pois medir quantitativamente sua atuação na região pode levar a dados interessantes, no entanto tomar consciência da transformação subjetiva que a audaciosa proposta de alfabetizar o olhar gera, é a melhor parte. Neste momento, o esforço, as dificuldades e os problemas perdem a importância, e o trabalho começa a fazer sentido. Como imaginar as novas portas que se abrem para cada jovem ao passar por uma experiência de conviver com outros jovens, num espaço onde a liberdade de expressão é a máxima? Esse resultado não se quantifica, entretanto desconfiar que essa transformação modular ocorra, aumenta a responsabilidade.

Assim, há necessidade de informação para essa fala que hoje é permitida: não exerce seu direito à exposição de pensamentos aquele que foi alijado dos processos de comunicação e informação. Portanto, considera-se função de entidades que trabalham com a juventude garantir que essa fala não se perca por um discurso esvaziado. Esse trabalho se faz no cotidiano, na medida em que um monitor sente-se capaz de solucionar um conflito

por conta própria. A partir de acontecimentos como este, o jovem aprende como se posicionar e exercita sua capacidade de expor seu pensamento, moldando-se às diversas situações pelas quais passa. Porque o jovem precisa participar? Porque a conquista da cidadania é tão importante? Essas são perguntas respondidas em ações práticas todos os dias. Os jovens querem construir sua história, querem ser protagonistas, essa é a luta pela cidadania, que não é dada, é conquistada.

Um ponto observado foi a variação fortíssima entre o discurso dos coordenadores e o dos jovens entrevistados. Um exemplo claro é a questão da formação política, pré-requisito básico para os coordenadores, mas que não se apresenta como tópico de maior importância para os jovens. Este é um ponto que merece mais atenção e uma nova pesquisa, mais aprofundada, mas pode ser de maior relevância para os gestores dos projetos realizados dentro do Sobrado. Duas novas hipóteses se apresentam: uma delas afirma que a questão política está em sintonia com a proposição de idéias, mediando-se pela cultura, e dissolvendo-se nos trabalhos realizados, exercendo sua função sem ser percebida como ponto primordial. A segunda hipótese aponta para a necessidade de revisão dessa atuação política, uma vez que essa fala não é confirmada pela maioria dos jovens participantes, ou seja, não sentem que a formação política seja tão constante na rotina do espaço. Por hora, pode-se considerar que a questão certamente está implícita, pois todas as atividades têm um forte ideal político embasando-as.

Outra questão que nesse momento pode-se afirmar com maior clareza é o fato do espaço ser executor de micropolíticas públicas de juventude em cultura, e não de política pública de cultura para juventude. Neste caso, seria uma política cultural aplicada a juventude, o que não é real, sendo seu principal interesse os jovens e a forma como as políticas são executadas serem através da cultura. Encarando-a como mais que o fazer artístico, mas como o modo de vida, o pensamento e o desenvolvimento humano, o Sobrado aplica esse conceito quando atua não apenas em atividade ditas culturais, mas abrange as áreas confluentes, que asseguram o fortalecimento das idéias democráticas, da participação juvenil e do direito a liberdade de expressão.

Estudar o perfil da juventude durante o tempo de pesquisa desse trabalho me fez perceber que muitas vezes a dimensão simbólica se perde quando os conceitos se estabelecem, definindo padrões e elaborando diretrizes. Perder de vista o caráter utópico de um trabalho com a juventude significa subestimar sua capacidade criativa, impulsionadora e renovadora. Um dos exercícios mais importantes de toda a pesquisa foi entender como os jovens se integram às condições da vida adulta, que uns enfrentam mais cedo, outros mais tarde. Perceber que as políticas tratam da vida das pessoas, sejam elas jovens ou não, transporta o pesquisador para uma outra esfera, enxergando os processos que envolvem o trabalho e estabelecendo laços mais profundos. Leva-o a captar reações sensíveis que não são sentidas durante o trabalho dito "intelectual".

A conclusão deste trabalho não pode ditar regras e apontar resultados concretos, mas afirma a existência da transformação dentro e fora dos projetos, entendendo que um espaço cultural só se torna quando se conecta com o entorno, pois não faz sentido abrir as portas para ele mesmo. Necessita da participação dos jovens, da renovação de idéias e da reflexão sobre os passos que já foram dados. Todo o trabalho realizado ali dentro pressupõe a conquista da cidadania, que só chega depois de um exercício de autoconsciência e experimentação do utópico.

IX - Bibliografia:

- ABAD, Miguel. Crítica Política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Políticas Públicas - Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

- ABRAMO, Helena Wendel (org.). Participação e Organizações Juvenis. In: *Jovens e Juventude: Contribuições*. Recife: Projeto Redes e Juventude/W.K. Kellogg Foundation, 2004.
- _____, VENTURI, Gustavo. Juventude, Política e Cultura. IN: *Teoria e Debate*. Revista Fundação Perseu Abramo, nº 45, jul/ago/set 2000.
- _____, Espaços de Juventude. In: In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Políticas Públicas - Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- BANGO, Julio. Políticas de Juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Políticas Públicas - Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- CANCLINI, Néstor García. *América Latina: mercados, audiências e valores num mundo globalizado*. Discurso 4ª Cúpula de Mídia para Crianças e Adolescentes. Rio de Janeiro, 19 a 23 de abril de 2004.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo, Iluminuras: 1999.
- CUÉLLAR, Javier Pérez (org.). *Nossa Diversidade Criadora: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Tradução de Alessandro Warley Candeas - Campinas, SP: Papyrus, Brasília: Unesco, 1997.
- ERIKSON, Erik H. Juventude. IN: *Identidade - Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FARIA, Hamilton. *Agenda Cultural para o Brasil do presente*. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. (Cadernos Pólis 6)
- FIC (Fórum Intermunicipal de Cultura). *Carta aos candidatos*. São Paulo, 2002.
- _____, *Cartas da Cultura 1996 - 2003*. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. (Cadernos Polís 7).
- GIL, Gilberto. *Cultura no Governo Lula: uma visão estratégica do MinC*. Discurso do Ministro da Cultura Gilberto Gil no Seminário Cultura XXI. Fortaleza, 20 março de 2003.

- HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LEITE, Elenice Moreira. Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Políticas Públicas - Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- LÉON, Oscar Dávila. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Políticas Públicas - Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- MACHADO, Bernardo Novaes da Mata. Diretrizes para o planejamento de uma Política Pública de Cultura. In: FARIA, Hamilton José Barreto de. *Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo*. São Paulo: Instituto Polis, 2000.
- MARTINS, Heloísa Helena T. Souza. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia de; SPÓSITO, Marília P. (orgs.). *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NOVAES, Regina Reyes. Juventudes Cariocas: mediações conflitos e encontros culturais. In: VIANNA, Hermano (org.). *Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- _____ Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvencão da política. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia de; SPÓSITO, Marília P. (orgs.). *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____ Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Políticas Públicas - Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- PROJETO JUVENTUDE - *Documento de Conclusão. Versão inicial para discussão, complementação e ajustes*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.
- SPÓSITO, Marília. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Políticas Públicas - Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

- UNESCO. *Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural*. Adotada pela 31ª Sessão da Conferência Geral Da Unesco. Paris, 2 de novembro de 2001.

Fontes:

- www.uff.br/obsjovem
- www.icidadania.org.br
- www.oglobo.com.br
- www.polis.org.br

X - Anexos:

Relação de entidades presentes na abertura da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude:

- Projeto Villa-Lobinhos
- União Estudantil Queimadense
- Coordenação de Juventude de Niterói
- Adolescentro (Complexo da Maré)
- CEASM
- Movimento Democracia e Luta
- UNIRIO
- Juventude do PT
- ELOS/FIOCRUZ - Rede Maré Jovem
- Olha Pra Mim
- Instituto Consuelo Pinheiro - Observatório de DH
- CEDAPS
- Secretaria Municipal de Assistência Social - PMRJ
- IBASE
- Laboratório de Políticas Públicas - UERJ
- Movimento Fazendo a Diferença
- Pré-Vestibular Comunitário de Coelho da Rocha
- Casa da Mulher Trabalhadora - Núcleo de Juventude Trocando Idéias
- Viva Rio
- Associação protetora dos Animais de Pinheiral
- Grupo de base - Igreja Católica
- Movimento Luta pela Paz
- Kizomba
- Instituto Imagem e Cidadania
- Centro de Criação de Imagem Popular
- Alternativa Socialista

- Mobilização Jovem
- Pela Comunidade Jovem
- Associação de mães com filhos em conflito com a lei
- Juventude da Arquidiocese do Rio de Janeiro
- Agencia de cultura, educação, esporte e lazer - projeto pré-vestibular e preparatório para concurso público comunitário
- Juventude Franciscana
- Instituto Projeto Cidadão
- Rede Jovens em Movimento
- UBES
- Diretório Acadêmico de Produção Cultural - UFF
- ONG Idéias e Ideais - 1º Fórum Latino-Americano de Jovens
- Federação das Associações de Favelas
- Fundação Bento Rubião
- UNESCO
- Secretaria de Estado de Juventude

QUESTIONÁRIO

Idade:

Sexo: masculino feminino

Escolaridade:

1º grau: completo incompleto

2º grau: completo incompleto

3º grau: completo incompleto

pós-graduação: completa incompleta

Bairro onde mora:

É bolsista do Sobrado Cultural? sim não

1 - De qual grupo você participa dentro do Sobrado Cultural?

imagem teatro jornal outros:

2 - Como é feita a proposta das atividades a serem realizadas pelo grupo?

iniciativa do coordenador iniciativa do monitor iniciativa dos participantes

3 - Você já trouxe alguma questão do seu cotidiano para ser trabalhada por todo o grupo?

sim não

4 - Como você avalia sua participação dentro do grupo?

muito ativa ativa pouco ativa

5 - O que você considera ser o principal foco de atuação do Sobrado Cultural?

atividades culturais comunicação formação política educação

6 - Você está satisfeito com as atividades oferecidas pelo Sobrado Cultural?

muito satisfeito satisfeito pouco satisfeito insatisfeito

7 - De quais atividades você sente mais falta no Sobrado?

debates oficinas artísticas festas/shows cineclube espetáculos outros:

8 - O que você considera mais importante no Sobrado Cultural? Numere de 1 a 6 em ordem de importância:

liberdade de expressão possibilidade de participação contatos com outros grupos/pessoas bolsa auxílio oferecida viagens para Conferências/Fóruns
 aprendizagem nas oficinas

9 - O que você faz quando sente-se insatisfeito com alguma questão dentro do Sobrado Cultural?

conversa com um amigo conversa com o monitor conversa com os coordenadores
 não fala nada

10 - De quais atividades você já participou pelo Sobrado Cultural (dentro e fora dele)?

11- Você considera que há mistura de classes, de gênero e de raças no seu grupo? Comente.

12 - Escreva o que você gostaria que existisse ou que mudasse no Sobrado (atividades, equipamentos, serviços, etc).

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2004.

CARTA ABERTA

Nós, da Rede Jovens em Movimento do Rio de Janeiro, viemos através desta expressar nosso desacordo com o modo pelo qual foi organizada e conduzida a Conferência Regional organizada pela **CEJUVENT** – Comissão de Políticas Públicas para a Juventude da Câmara dos Deputados representada no Rio de Janeiro pelos deputados federais Deley (PV) e Lindberg Farias (PT).

A nosso ver, um evento com a relevância política de uma Conferência Regional, tendo como missão o debate de um documento preliminar sobre políticas públicas para juventude, resultado do trabalho e do empenho da própria Comissão Especial, e que deveria ter como resultado uma Carta Estadual representando os anseios dos(as) jovens fluminenses no que diz respeito às políticas capazes de garantir seus direitos, deveria ter sido preparada com mais tranquilidade, enfatizando um processo amplamente participativo, envolvendo movimentos e organizações que atuam com juventude no estado e garantindo uma mobilização que efetivamente fosse capaz de expressar a diversidade de jovens do Rio de Janeiro.

Consideramos de fundamental importância a participação da juventude fluminense nesse processo de construção de políticas públicas de juventude, uma vez que são os(as) jovens os(as) maiores interessados(as) nos resultados dessas discussões, além de serem os sujeitos das demandas a serem levantadas, ou seja, ninguém melhor do que os(as) próprios(as) jovens para expressar suas reais necessidades e anseios.

Não consideramos, dessa forma, legítima a organização, a realização e os possíveis resultados e desdobramentos da Conferência Regional realizada no Rio de Janeiro – que seria a contribuição oficial do estado para a Conferência Nacional organizada pela **CEJUVENT** que acontecerá entre os dias 16 e 18 de junho em Brasília.

A Rede Jovens em Movimento surgiu a partir da reunião de um significativo grupo de entidades que atuam com o tema juventude no Rio de Janeiro para pensar em oportunidades de troca das experiências de jovens que participaram do III Fórum Social

Mundial e também diálogo desses com outros que não estiveram no encontro em Porto Alegre. Essa articulação resultou na proposta de constituição de uma rede de discussão e fortalecimento da participação da juventude nas cidades e nas políticas públicas. Assim, em abril de 2003 ocorreu o primeiro encontro da Rede Jovens em Movimento que reuniu diferentes jovens de diversas organizações do Rio de Janeiro.

A Rede realizou quatro encontros ampliados (em Niterói, Sepetiba e Maré) no ano de 2003 onde foram discutidos os direitos da juventude e formas de assegurá-los, além de um encontro de formação em 2004 para debater os processos nacionais de discussão e proposição de políticas públicas de juventude protagonizados pela Comissão em questão, pelo Instituto Cidadania através do Projeto Juventude e pelo Grupo Interministerial da Juventude. Entre seus principais objetivos estão articular iniciativas de juventude (vinculadas a instituições ou autônomas) no estado do Rio de Janeiro a partir da discussão de políticas públicas e direitos da juventude; promover o encontro entre jovens de diferentes origens sociais, que estão localizados em diferentes espaços do estado, possuem diferentes formas de expressão política e cultural, aproximando diferenças e promovendo o debate sobre desigualdades; e interferir em políticas públicas de juventude nos âmbitos local e nacional, questionando e propondo alternativas.

Associação de Adolescentes e Jovens Trabalhadores do Rio de Janeiro

CAMTRA – Casa da Mulher Trabalhadora

CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular

CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde

GERAÇÃO – Rede de Jovens da Grande Tijuca

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IMAC - Instituto de Imagem e Cidadania

Observatório Jovem do Rio de Janeiro/ Faculdade de Educação da UFF

Rede de Jovens da Zona Oeste

Rede Maré Jovem